

Teorias da Conspiração:

Sedução e Resistência a partir da Literacia Mediática

Sandra Silva

Tese integrada no
Mestrado em Ciências da Comunicação
Variante de Comunicação Política
Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Prof. José Azevedo, orientador

Setembro de 2010

Índice

1. Introdução	5
2. Revisão da Literatura	10
2.1 Definições de teorias da conspiração	10
2.2 O poder de sedução das teorias da conspiração	11
2.3 Propensão a acreditar nas teorias da conspiração e o Efeito da Terceira Pessoa ..	12
2.4 A génese das teorias da conspiração e o protótipo dos seus criadores e seguidores..	14
2.5 Internet enquanto meio por excelência das teorias da conspiração e suas implicações sobre o jornalismo	20
2.6 A crescente complexidade de construção das mensagens mediáticas e a necessidade de uma educação para os média.....	22
2.7 Problemas e falhas das teorias da conspiração.....	32
3. Estudo Empírico	34
3.1 Questões de Investigação	34
3.2 Descrição da Metodologia	35
3.2.1 Amostra	38
3.2.2 Procedimentos	39
3.2.2.1 Descrição do inquérito.....	39
3.2.2.2 Administração.....	45
3.2.3 Resultados/Discussão	46
3.2.3.1 Variáveis individuais.....	47
3.2.3.2 A importância das fontes e posicionamento na força das teorias da conspiração.....	54
4. Conclusão	82
5. Bibliografia	87

Índice de Figuras

Tabela 1. Distribuição segundo Versão.....	47
Tabela 2. Distribuição segundo Sexo.....	48
Tabela 3. Distribuição segundo Idade.....	48
Tabela 4. Distribuição segundo Curso.....	48
Tabela 5. Distribuição segundo Ano.....	49
Tabela 6. Distribuição segundo escolha dos Autores.....	49
Tabela 7. Distribuição segundo Grau de Confiança na Resposta.....	50
Tabela 8. Distribuição segundo orientação política.....	50
Tabela 9. Distribuição segundo mudança de percepção.....	51
Tabela 10. Distribuição segundo a credibilidade atribuída ao artigo.....	52
Tabela 11. Distribuição segundo os elementos mais credíveis.....	52
Tabela 12. Distribuição segundo intenção de confirmar as informações.....	53
Tabela 13. Distribuição segundo disponibilidade para recomendar artigo.....	54
Tabela 14. Cruzamento de tipo de fonte com mudança de percepção.....	56
Tabela 15. Cruzamento de tipo de posicionamento com mudança de percepção.....	56
Tabela 16. Cruzamento de tipo de fonte com credibilidade.....	57
Tabela 17. Cruzamento de tipo de posicionamento com credibilidade	58
Tabela 18. Cruzamento de tipo de fonte com intenção de confirmar.....	59
Tabela 19. Cruzamento de tipo de posicionamento com intenção de confirmar.....	59
Tabela 20. Cruzamento de tipo de fonte com disponibilidade para recomendar	60
Tabela 21. Cruzamento de tipo de posicionamento com disponibilidade para recomendar	61
Tabela 22. Cruzamento da versão com os elementos mais credíveis.....	62
Tabela 23. Mudança de percepção segundo o curso.....	63

Tabela 24. Credibilidade atribuída ao artigo segundo o curso.....	64
Tabela 25. Elementos mais credíveis segundo o curso.....	65
Tabela 26. Mudança de percepção segundo o tipo de fonte em Ciência da Informação.....	66
Tabela 27. Mudança de percepção segundo o tipo de fonte em Ciências da Comunicação.....	66
Tabela 28. Mudança de percepção segundo o posicionamento em Ciência da Informação.....	67
Tabela 29. Mudança de percepção segundo o posicionamento em Ciências da Comunicação.....	68
Tabela 30. Credibilidade segundo a fonte em Ciência da Informação.....	68
Tabela 31. Credibilidade segundo a fonte em Ciências da Comunicação.....	69
Tabela 32. Credibilidade segundo posicionamento em Ciência da Informação.....	70
Tabela 33. Credibilidade segundo posicionamento em Ciências da Comunicação.....	70
Tabela 34. Escolha dos autores segundo o sexo.....	71
Tabela 35. Mudança de percepção segundo o sexo.....	72
Tabela 36. Credibilidade atribuída ao artigo segundo o sexo.....	73
Tabela 37. Intenção de confirmar segundo o sexo.....	73
Tabela 38. Escolha dos autores segundo a orientação política.....	74
Tabela 39. Grau de confiança na resposta segundo a orientação política.....	75
Tabela 40. Mudança de percepção segundo orientação política.....	76
Tabela 41. Intenção de confirmar segundo orientação política.....	77
Tabela 42. Mudança de percepção segundo escolha dos autores.....	77
Tabela 43. Credibilidade atribuída segundo escolha dos autores.....	78
Tabela 44. Intenção de confirmar segundo escolha dos autores.....	79
Tabela 45. Grau de confiança na resposta segundo escolha dos autores.....	80

Abstract

Apesar de pouco mediatizadas, as teorias da conspiração são hoje um fenómeno que se processa à escala planetária, dispondo de um alcance generalizado sobre as massas. Com a democratização dos média proporcionada pela internet, que permite a qualquer pessoa difundir qualquer mensagem, as teorias da conspiração conheceram um “boom”, ganhando dimensão e visibilidade na última década. Numa era em que as teorias da conspiração, bem como outras informações, estão à distância de um simples clique, levanta-se a questão da educação para os média. Com a profusão de conteúdos disponíveis, e sem garantias de que os mesmos sejam fidedignos, impõe-se que as ferramentas de literacia mediática dotem os indivíduos de capacidade para filtrar a informação, desconstruir mensagens, questionar, interpretar e analisar criticamente os conteúdos. A sedução ou resistência que estas teorias provocam nas pessoas pode ser analisado à luz da sua capacidade para atribuir significado à informação, bem como aos cuidados desenvolvidos, ou não, aquando do seu consumo.

1. Introdução

Teoria da Conspiração. É este o conceito inspirador de todo o estudo que se segue. Fazendo uma busca na internet¹, verifica-se a existência de 6 milhões e 600 mil resultados para o termo “Conspiracy theory”. Tal é ilustrativo quanto à dimensão que o fenómeno das teorias da conspiração ostenta à escala planetária.

O termo “teoria da conspiração” é hoje, e cada vez mais, de domínio comum. São relativamente frequentes as vezes em que situações do dia-a-dia remetem as pessoas para tal expressão, levando a que a mesma seja incorporada no seu vocabulário corrente. A familiaridade com o termo diz bem da significância deste fenómeno. Ainda assim, e apesar desta relativa “banalização” do termo, convém aqui dar uma breve elucidação. A enciclopédia online “Wikipédia” considera que teoria da conspiração “é um termo usado para referir qualquer teoria que explica um evento histórico ou actual como sendo resultado de um plano secreto levado a efeito geralmente por conspiradores maquiavélicos e poderosos, tais como uma sociedade secreta ou um governo sombra.” “Secreto” e “Maquiavélico” são as palavras-chave de tal definição, uma vez que as teorias da conspiração sugerem uma explicação alternativa para um qualquer acontecimento, desmentindo a versão oficial e tentando, de certa forma, desmascarar os intentos malévolos e ocultos de certos indivíduos. A palavra “conspiração” é, por si só, elucidativa. Trama, conluio e maquinação são os sinónimos mais comuns que se encontram em qualquer dicionário.

O 11 de Setembro de 2001, a chegada do Homem à lua, o aparecimento e a propagação do vírus HIV, a morte da Princesa Diana, o assassinato do presidente John F. Kennedy (...) são apenas alguns dos acontecimentos que originaram, ao longo dos anos, várias teorias da conspiração em torno de si. São fenómenos globais e mediáticos, que em Portugal apenas têm paralelo, ainda que numa escala bastante menor, com casos como Camarate (morte de Francisco Sá Carneiro). Talvez isso explique o facto de o termo “teoria da conspiração”, em português, obter uns “escassos” 213 mil resultados

¹ Realizada a 15 de Julho de 2010

num motor de busca online. O número, ainda que significativo, é relativamente reduzido tendo em conta a dimensão que o fenómeno já atingiu a nível internacional.

Em Portugal, de facto, são praticamente inexistentes as referências bibliográficas alusivas a esta temática, quer em termos de estudos científicos e académicos, quer de literatura. Contudo, mais estranho ainda é o facto de internacionalmente este também ser um fenómeno negligenciado pelos estudiosos. Até mesmo nos Estados Unidos da América (EUA), o país onde as teorias da conspiração têm maior dimensão, os estudos são escassos, ficando, proporcionalmente, muito aquém do alcance que este fenómeno tem na sociedade.

Com efeito, os EUA são o país mais intimamente ligado às teorias da conspiração, bastando ter em conta que muitas delas têm origem em acontecimentos lá passados (o 11 de Setembro é apenas um exemplo) e é lá que a maioria é disseminada, conquistando um lugar de relativa visibilidade e alcance junto do público. Porém, esta profusão de teorias da conspiração não tem uma correspondência ao nível de estudos realizados. Após um levantamento aprofundado, que foi incluído na revisão da literatura deste estudo, constata-se que, a nível nacional e internacional, são ainda reduzidos os estudos acerca deste fenómeno, não obstante o quão enraizado está na sociedade, nas sociedades dos diversos países, ou até mesmo numa escala mundial.

Esta é, aliás, uma das motivações para a realização deste estudo: a constatação de que o fenómeno das teorias da conspiração está em expansão, em Portugal e no Mundo, aliada ao facto de, até ao momento, esta temática ainda não ter sido muito explorada pelos estudiosos, nem merecer especial atenção por parte dos meios de comunicação de massas. Isto conduz a uma outra constatação: a de que há muita procura de informação sobre o tema – as pessoas revelam uma enorme curiosidade e interesse, quer sobre as teorias da conspiração, quer sobre análises a este fenómeno – mas relativamente pouca oferta, ou seja, informação disponível, pelo menos proveniente de fontes fidedignas.

O jornal Diário de Notícias deu conta, a 18 de Fevereiro de 2008, desse interesse

massivo que as teorias da conspiração têm suscitado. O artigo intitulado “*Teoria da conspiração no ‘top’ do Google Video*” refere-se ao sucesso que o filme/documentário “Zeitgeist, the Movie” alcança junto dos cibernautas. “Recomendado por blogues e passa-palavra (sobretudo pela Web), e traduzido em 13 línguas (incluindo a portuguesa), o filme já chegou a mais espectadores que muitos blockbusters do circuito comercial de cinema, mesmo sendo raramente referido nos média generalistas”, pode ler-se no artigo, que acrescenta que, na altura, o vídeo havia sido visto mais de 10 milhões de vezes.

O artigo dá conta da significativa curiosidade que o filme - que é no fundo uma sucessão de teorias da conspiração – provoca, bem como a pouca relevância que os meios de comunicação atribuem a esse facto. Tal pode estar directamente relacionado com o “circuito fechado” em que ainda hoje essas teorias circulam, longe de serem mediatizadas. Ainda assim, é cada vez maior o número de pessoas que consome este tipo de conteúdos, o que explica a pertinência deste estudo.

Aprofundar o conhecimento sobre este fenómeno em Portugal é, no fundo, o propósito central desta investigação.

Apesar de pouco mediatizadas, as teorias da conspiração têm uma grande expressão na internet, onde é possível encontrar uma infinidade de informações sobre o tema. É neste sentido que importa analisar – e é a isso que este estudo se propõe - até que ponto os indivíduos são cuidadosos no consumo dessa informação e de que modo se deixam afectar por ela. É aqui que entra um conceito fulcral nesta investigação: o da literacia mediática.

A questão central deste estudo é precisamente essa: Perceber a influência das teorias da conspiração sobre as massas, à luz do conceito da literacia mediática. Isto é, perceber como as pessoas se deixam seduzir (ou não) pelas teorias da conspiração, a partir da sua literacia mediática.

O conceito de literacia mediática é muito mais vasto e complexo que saber ler ou

escrever. A literacia mediática relaciona-se com o grau de educação para os média dos indivíduos, no sentido de estes saberem como procurar e consumir informação antes de acreditarem nela, deixarem afectar-se por ela, e formarem a sua opinião, sem ao menos confirmar se a mesma é fidedigna. Mais do que saber ler mensagens, é necessário saber interpretar, descodificar, questionar e desconstruir essas mesmas mensagens. Numa era onde tudo pode ser difundido, sobretudo na internet, e a informação (boa ou má) está à distância de um clique, importa assumir práticas que permitam desenvolver a consciência crítica, bem como adoptar hábitos de desconstrução das mensagens. É essencial distinguir conteúdos (bons dos maus, duvidosos de confiáveis, parciais de imparciais, factuais de ilusórios) e escolher os de melhor qualidade. Ter capacidade de questionar a validade das informações e desenvolver competências ligadas à utilização dos média, de modo a fazer-se o filtro dos conteúdos, torna-se uma prática fundamental na actualidade. Este conceito é relevante num estudo sobre teorias da conspiração, uma vez que pode ser um dos factores-chaves que permite explicar o poder e alcance que estas teorias têm. Possuir níveis de literacia mediática torna-se fundamental ao nível das teorias da conspiração. Caso contrário, qualquer teoria, por mais infundada e fantasiosa que seja, receberá a aceitação do público, sem que este, uma presa fácil, tenha capacidade para avaliar se tal teoria oferece credibilidade...

As questões impõem-se: Será esta uma era com pouca literacia mediática, onde não existe educação para os média nem preocupações no filtro das informações e onde qualquer teoria da conspiração capta adeptos com facilidade? São as pessoas facilmente afectadas pelas teorias da conspiração? Quais os efeitos das teorias da conspiração sobre as pessoas? Qual o perfil dos indivíduos mais facilmente influenciáveis? Há diferenças no modo de lidar com as teorias da conspiração tendo em conta o género, idade, orientação política e área de formação? Quais as técnicas mais eficazes de credibilizar as teorias da conspiração? Será que estratégias de comunicação diferentes podem conduzir a diferentes graus de aceitação dessas teorias por parte do público? As pessoas dominam e aplicam o conceito de literacia mediática? Têm preocupações quanto à credibilidade das fontes de informação e imparcialidade do transmissor da mensagem? Estas são as principais questões que o estudo que se segue pretende ver respondidas, sob uma questão central que dá título a este estudo – Teorias da Conspiração: Sedução e

Resistência a partir da Literacia Mediática.

Numa primeira fase, serão dados a conhecer os principais estudos e reflexões, de vários autores, elaborados acerca do tema das teorias da conspiração, bem como do conceito de literacia mediática (ou educação para os média). No capítulo inicial, denominado “Revisão da Literatura”, o tema das teorias da conspiração é desdobrado e cada uma das vertentes que o constituem merece várias considerações. As especificidades deste fenómeno são esmiuçadas e analisadas, recorrendo a ideias, citações e opiniões dos vários estudiosos que dedicaram a sua atenção ao seu estudo, bem como às conclusões retiradas das suas obras.

Segue-se o capítulo mais determinante, onde se desenvolve o estudo, estudo esse que passou pela administração de um inquérito a alguns indivíduos de modo a avaliar os efeitos das teorias da conspiração sobre si, fazendo variar duas importantes dimensões da literacia mediática. Com este estudo pretende avaliar-se o grau de resistência dos inquiridos às teorias da conspiração, ou, pelo contrário, o nível de sedução que estas exerceram sobre eles. Para além da análise dos resultados, neste capítulo é dado a conhecer, de modo detalhado, qual a metodologia adoptada, a amostra escolhida, os procedimentos utilizados e o modo de administração usado.

Por fim, a conclusão, onde são retiradas as principais ilações do estudo e onde se pretende ver respondidas as questões de investigação propostas.

É esta a estrutura do estudo que se segue.

2. Revisão da Literatura

Apesar de pouco estudadas face ao enorme alcance que têm na sociedade, as teorias da conspiração já mereceram a atenção de um número considerável de autores. Como nascem? Como se propagam? O que as caracteriza? Qual é o perfil de quem as lança? Quem as segue e porquê? Os seus efeitos são poderosos? Estas são as principais temáticas tratadas nos estudos já publicados e validados.

Pela sua controvérsia e poder junto das massas, são muitas as classes (sociólogos, psicólogos, etc.) que, ao longo dos últimos anos, se têm revelado estudiosas do tema, contribuindo de forma decisiva para a explicação deste fenómeno. Neste tópico procurar-se-á dar a conhecer as principais ilações tiradas por esses estudiosos.

As teorias da conspiração estão associadas à criação de uma explicação fantasiosa para um facto, normalmente baseada num juízo que contraria a versão oficial (e politicamente correcta) desse mesmo acontecimento, actual ou do passado. Os criadores e adeptos destas teorias olham com cepticismo para algumas explicações dadas à sociedade, suportadas por instituições respeitáveis e pessoas credibilizadas, atribuindo um outro significado interpretativo a determinado acontecimento. As teorias da conspiração ganharam uma maior visibilidade e destaque a partir do final do século XX, quando se tornaram num fenómeno de massas, atingindo cada vez mais esferas de pessoas.

2.1 Definições de teorias da conspiração

Importa, antes de mais, dar a conhecer algumas das definições elaboradas pelos autores para as teorias da conspiração. Pigden (2006) encara-as como “um plano secreto por parte de um grupo para influenciar os acontecimentos, em parte encobrindo a acção”; Keeley (1999) define-as como “uma explicação proposta para algum evento histórico (ou eventos) em termos de agência de causalidade significativa de um grupo relativamente pequeno de pessoas – os conspiradores – agindo em segredo”; McCauley

& Jacques (1979) constataram que os estudiosos caracterizam as teorias da conspiração como “uma tentativa de explicar a última causa de um evento (que é geralmente político ou social) como um plano secreto de uma secreta aliança de organizações e indivíduos poderosos e não uma actividade aberta ou de ocorrência natural”. Freedman (2000) defende que “elas são, na verdade, uma criação de histórias alternativas, narrativas que são complexas e plausíveis, mas que insinuem na sua própria letra problemas ideológicos e epistemológicos em estabelecer a sua própria relação com a verdade”.

2.2 O poder de sedução das teorias da conspiração

Clarke (2002) analisou o que leva as pessoas a acreditarem nas teorias da conspiração, apesar de estas serem relativamente mal vistas na sociedade, e constatou que a tarefa dos difusores dessas teorias está facilitada pelos sentimentos que as mesmas despertam no público. “É plausível acreditar que as pessoas são inicialmente atraídas para acreditar nas teorias da conspiração por causa das emoções que estas provocam nelas”, defende o autor, indo de encontro à opinião defendida por Hume (1988) alguns anos antes. Este verificou que “a paixão de surpresa e admiração provocada por milagres, sendo essa uma emoção agradável, confere às pessoas uma tendência para serem sensíveis a esses eventos”, dizendo que o mesmo acontece com as teorias da conspiração. Por muito fantasiosos que os milagres ou as teorias da conspiração possam parecer, as pessoas tendem a acreditar neles pelas boas sensações que experimentam quando tomam conhecimento dos mesmos. Clarke (2002) denota ainda que as pessoas acreditam nas teorias da conspiração com base em poucas evidências, menos do que aquelas que seriam precisas para validar outra qualquer crença, prova de que é plausível admitir que elas “são emocionalmente atraídas” por essas teorias.

Dentro destes sentimentos despertados, os autores consideram que toda a aura de secretismo que está intimamente ligada às teorias da conspiração está na base da sua popularidade e grande alcance. Barkun (2003) atesta que “a conspiração e o secretismo estão indissolivelmente ligados.” Hofstadter (1955) afirma mesmo que há algo sobre o imaginário populista que adora o plano secreto e a reunião conspiratória, reforçando a atracção pelo secretismo. A mesma opinião é partilhada por Mason (2002). O autor

defende que os pesquisadores olham para as teorias da conspiração como "um meio para os indivíduos menos poderosos se poderem imaginar na posse de informações importantes ou secretas".

As teorias da conspiração são passíveis de despertar nos indivíduos a sensação de posse sobre algo secreto e não acessível a toda a gente, fazendo-os sentirem-se especiais e privilegiados. A crença é encarada, para além da sedução pelo secretismo, como uma forma de resposta à impotência. Normalmente, a verdade por detrás dos acontecimentos explicados por teorias da conspiração são encarados como segredos bem guardados (Keeley, 1999), o que exponencia o gosto pelo seu conhecimento e consequente procura destas teorias. Face ao cada vez mais anónimo e vasto mundo das forças burocráticas, as teorias da conspiração permitem às pessoas lidar com a possibilidade de que essas forças subjacentes irão formar o seu futuro (Melley, 2002). Hofstadter (1964) argumentou também que alguns cidadãos acreditam nas teorias da conspiração por causa da sua própria paranóia, olhando para si mesmos como indivíduos perseguidos e impotentes, que têm de enfrentar um inimigo. DeLillo (1978) lembra que “esta é a idade da quadrilha, dos contactos, das ligações e das relações secretas.”

2.3 Propensão a acreditar nas teorias da conspiração e o Efeito da Terceira Pessoa

Os designados "populares" (senso comum, público em geral) são considerados os que mais facilmente se deixam seduzir pelas teorias da conspiração, sendo geralmente considerados um alvo mais fácil. Geralmente baseadas em explicações não confirmadas, muitos teóricos defendem que as teorias da conspiração são direccionadas para as massas e apenas por elas aceites, acreditando que as elites, nomeadamente a intelectual, normalmente são imunes aos seus efeitos. Clarke (2002) defendeu que os criadores das teorias da conspiração são defensores de ideias que geralmente são bastante populares, com o intuito de chegar às massas, tendo em conta, aliás, as dificuldades de se credibilizarem perante um público mais instruído. Assim, as ideias promulgadas pelos conspiradores são muito impopulares no seio dos intelectuais. 'São apenas teorias da conspiração', dizem os intelectuais (Clarke, 2002). Com efeito, é

notório que são as massas, vistas como propensas a fantasiar e fáceis de manipular, normalmente o fomentador dessas teorias. "As teorias da conspiração há muito que têm sido favorecidas por políticas populistas, que são quase invariavelmente anti-elitistas e, portanto, anti-intelectuais também. As teorias da conspiração são mais populares entre os membros do público em geral, que são, talvez, afectados por subculturas de teóricos da conspiração." (Clarke, 2002).

Para além da falta de confiança nos conspiradores, os teóricos explicam outras causas para a relutância dos intelectuais em aceitar as teorias da conspiração. A juntar ao facto das mesmas serem muitas vezes baseadas em convicções, sem uma comprovação prática e objectiva, bem como algo fantasiosas, os intelectuais sentem vergonha de admitir que acreditam nelas. Clarke (2000) avança que "não importa o quão veementemente os teóricos da conspiração têm tentado dar credibilidade aos seus casos, eles não são reconhecidos na mesma medida na audiência intelectual." Admitir que são influenciados por teorias da conspiração pode ser uma ameaça à sua auto-estima, assim como a admissão de que eles são vulneráveis à publicidade persuasiva é ameaçadora (Duck, 1995, Duck & Mulin, 1995, Perloff, 1989). Enquanto que para os ditos populares é motivo de orgulho conhecer uma teoria da conspiração, os chamados intelectuais recusam-se a deixar-se influenciar por elas, pois sentem-se uma presa fácil para os teóricos da conspiração, aqui vistos como manipuladores. Shermer (1997) alertou para o facto de, "tal como acontece com os meios de comunicação persuasiva e a publicidade, as pessoas podem não querer admitir que são influenciadas por teorias da conspiração, pois isso pode fazê-los parecer vulneráveis, facilmente conduzidos e desviados ou fracos de espírito." Daí que as pessoas não admitam o seu interesse por teorias da conspiração, já que a crença nas mesmas é frequentemente vista como tola e ilógica.

Esta questão está relacionada com o Efeito da Terceira Pessoa (Davinson, 1983), que é tido como a tendência das pessoas para acreditar que os meios de comunicação persuasiva influenciam os outros mais do que a si mesmas. Assim, as pessoas podem ficar contentes em assumir que os outros são influenciados por teorias conspiratórias, mas não estão dispostos a admitir que eles mesmos possam ser influenciados por essas mesmas teorias (Douglas e Sutton, 2004). Estes e outros autores concluíram anos antes

que as pesquisas indicam que as pessoas subestimam a extensão da persuasão a que estão sujeitas e sobrestimam a extensão da persuasão sobre os outros. Contudo, apesar das tentativas em oferecer resistência às teorias da conspiração, os estudos comprovam que frequentemente elas moldam a opinião das pessoas. Douglas e Sutton (2004) avançam mesmo que "estudos recentes demonstram que, embora as pessoas não possam admitir, elas são influenciadas pelos meios de comunicação persuasiva", posição que foi confirmada num estudo levado a cabo pelos próprios. Ambos quiseram medir o quanto as teorias da conspiração podem influenciar as atitudes das pessoas que a elas estão expostas, adiantando que os resultados indicam que um impacto oculto das teorias da conspiração pode existir.

Coady (2006) verificou que, a par dos intelectuais, também os conservadores têm relutância em acreditar nas teorias da conspiração. "A má reputação das teorias da conspiração é particularmente acentuada entre os conservadores, que tendem a pensar que estas teorias são uma actividade de extrema-esquerda", denotou o autor.

2.4 A génese das teorias da conspiração e o protótipo dos seus criadores e seguidores

Importa tentar perceber quais as motivações dos defensores de teorias da conspiração e a forma como eles perspectivam o mundo e a realidade. No fundo, analisar a sua visão da sociedade e dos acontecimentos, tentando assim esmiuçar as razões que explicam o seu comportamento e os traços básicos do seu protótipo. Da mesma forma, estudar a génese das teorias da conspiração e o que as caracteriza. Johnson estudou a dinâmica das teorias da conspiração, concluindo que a sua forma de criação e difusão é praticamente a mesma, variando apenas os protagonistas e alguns contornos. "A dinâmica das teorias da conspiração é extremamente previsível. As pessoas reivindicam um conhecimento especial sobre algo para advertir os seus concidadãos sobre uma conspiração subversiva e traiçoeira que visa atacar o bem comum. Além disso, quem difunde essas teorias anuncia que os planos estão em vias de conclusão, de modo que é necessária uma intervenção rápida e decisiva para evitar o atentado sinistro", resume o autor, acrescentando ainda que "em diferentes períodos da história os nomes dos vilões muda, mas o essencial desta visão conspiratória permanece

igual.” O mesmo autor verificou ainda que há outros padrões na forma de pensar dos adeptos das teorias da conspiração. Considera que estes olham para o mundo de forma estandardizada, onde “as pessoas que estão no poder são internacionalistas nas suas simpatias” e “os inimigos aparentes são realmente amigos secretos, uma vez que na lente dos teóricos da conspiração, capitalistas e comunistas trabalham lado a lado”. O autor sustenta também que aos olhos dos defensores das teorias da conspiração “tudo está escrito na Bíblia, já que para aqueles com uma tendência fundamentalista, a Nova Ordem Mundial ou um Governo Mundial não são mais do que o reino internacional do anticristo, descrito no livro do Apocalipse.”

Coady (2006) verificou que uma conspiração envolve necessariamente um grupo de agentes que actuam em conjunto. O autor considera ser “impossível conspirar sozinho”. Depois, aponta que “uma conspiração é necessariamente secreta”, já que não há tal coisa como uma conspiração aberta. Para fundamentar estas duas características das teorias da conspiração – actuar em conjunto e em segredo – o autor analisa a própria origem etimológica da palavra conspiração. Proveniente do latim, é composta por *con* (com) e *spirare* (respirar). Respirar com, em conjunto, é sugestivo de sussurrar e, portanto, de segredo. Assim, uma conspiração é um grupo de agentes que actuam juntos em segredo. O autor analisou que a teoria da conspiração é “uma explicação contrária à que as entidades oficiais deram no momento e local em questão.” Contudo, e ao contrário de alguns dos seus pares, Coady defende que o carácter sinistro atribuído às teorias da conspiração nem sempre é uma realidade, denotando que há exemplos concretos de teorias da conspiração que parecem benignas, ou, pelo menos, inofensivas.

Berlet (2005) também deu a conhecer a sua concepção acerca da visão dos adeptos da conspiração sobre o mundo. “O conspiracionismo populista encara o secretismo das cabalas dos malfeitores como o principal motor de eventos históricos. Os teóricos da conspiração tentam descobrir como o poder é exercido na sociedade, mas acabam por simplificar a complexidade da sociedade moderna, atribuindo a responsabilidade dos problemas da sociedade a um punhado de indivíduos do mal. Conspiracionismo não é jornalismo investigativo, que visa expor as conspirações reais através da investigação cuidadosa”, frisou o autor, lamentando que “algumas pessoas sinceras, que buscam a justiça social e económica, sejam atraídos pelas teorias da

conspiração.”

Barkun (2003), no seu livro “A culture of Conspiracy: Apocalyptic Visions in Contemporary America”, tentou perceber a génese das teorias da conspiração e captar as principais motivações dos seus criadores e seguidores. O autor constatou que há uma preocupação obsessiva com a amplitude de poderes, aqui considerados maléficos e ocultos, e verificou que as teorias da conspiração moldam o mundo “em termos de uma luta entre luz e trevas, o bem e o mal, e sustentam que essa polarização irá até ao final da história, quando o mal será, finalmente e definitivamente, derrotado.” Define ainda que a essência das crenças nas teorias da conspiração está em tentar explicar o mal. A sua análise revela que os adeptos das teorias da conspiração vêem a história como controlada por forças demoníacas, onde o mal está fora da verdadeira comunidade, mas em outros, definidos como estrangeiros bárbaros, muitas vezes disfarçados de inocentes. O resultado é assim, na sua opinião, uma visão do mundo caracterizada por uma “nítida divisão entre reinos do bem e do mal.” Para fins próprios, a crença na conspiração é a crença de que uma organização, formada por grupos ou indivíduos, age para atingir um fim maligno e esta “identificação clara do mal dá aos adeptos das teorias da conspiração um inimigo contra o qual lutar, dotando a sua vida de um propósito”.

Uma visão conspiratória do mundo implica um universo regido por um desenho próprio e não ao acaso. Esse desenho manifesta-se em três princípios encontrados praticamente em todas as teorias da conspiração (Barkun, 2003):

- Nada acontece por acaso. A conspiração implica um mundo baseado na intencionalidade, de onde o acidente e as coincidências têm de ser removidos. Qualquer coisa só acontece porque foi provocada, desejada. Num extremo, o resultado é um mundo de fantasia, muito mais coerente do que o mundo real.

- Nada é o que parece. As aparências enganam, porque quem está no poder deseja enganar, disfarçar a sua identidade e actividades. Assim, a aparência de inocência é olhada com desconfiança, pois não há nenhuma garantia de que um indivíduo seja benigno.

- Tudo está conectado. Porque no mundo dos seguidores das teorias da conspiração não há espaço para acidentes e coincidências, o enredo conspiratório está em todo o lado, embora escondido da vista. Daí a necessidade do teórico da conspiração

em se encontrar em constante processo de articulação e correspondência, a fim de mapear as conexões ocultas.

Ainda que, como muitos autores defendem, não se considere que haja uma acentuada diferenciação entre as teorias da conspiração – os estudiosos consideram que todas são muito parecidas na sua génese - Barkun (2003) distingue-as, dividindo-as em três diferentes tipos. Por ordem crescente de abrangência:

- Conspirações de eventos. Aqui as conspirações são responsáveis por um limitado e discreto evento ou conjunto de eventos.
- Conspirações sistémicas. Acredita-se que os seus objectivos são concebidos geralmente para dominar um país, uma região ou até mesmo o Mundo inteiro. A máquina conspiratória é geralmente simples: uma única e maléfica organização implementa um plano para se infiltrar e subverter as instituições existentes.
- Superconspirações. Referem-se a uma construção conspiratória em que múltiplas conspirações estão interligadas hierarquicamente.

Brad Steiger e Sherry Steiger (2006) constataram que os teóricos da conspiração acreditam que numerosos grupos ocultos europeus têm sido moldados em torno da crença de que uma sociedade secreta de séculos possui um elevado nível de conhecimentos científicos, sendo esses cuidadosamente guardados e escondidos do resto da humanidade desde então. Os autores continuam a análise, verificando que os seguidores das teorias da conspiração alimentam a crença de que “os membros dessa sociedade secreta não sentem nenhuma responsabilidade para com aqueles que estão fora do grupo”. Eles podem estar apenas a ganhar tempo até transformarem mais humanos em seus escravos, para no futuro poderem dominar o mundo.

Na mesma linha de pensamento, Knight (2000) dedicou-se a estudar o significado atribuído às teorias da conspiração, concluindo que as mesmas “funcionam para reforçar o sentimento do ‘nós’ ameaçado por um sinistro ‘eles’.” As narrativas da conspiração capturam um sentimento de incerteza sobre como os eventos históricos se desdobram e sobre quem conta a versão oficial dos mesmos. “A recente cultura de conspiração é marcada por um ar de cinismo, onde as pessoas estão preparadas para acreditar no pior sobre o mundo em que vivem, mesmo que também mostrem uma

nostálgica credulidade ao ir descobrindo continuamente que as coisas são de facto tão más como se suspeitava”, finalizou o autor.

Alvermann (2004) verifica que os teóricos da conspiração desejam quase sempre ver as suas teorias expostas, uma vez que são extremamente dedicados na busca de provas relevantes que favoreçam a sua teoria e são capazes de bombardear o público com um dilúvio de evidências a favor dela e que a credibilizem. Quase invariavelmente, as teorias da conspiração parecem ser baseadas em mais evidências do que aquelas que são apresentadas pelos seu rival, ou seja, a visão oficial e não conspiratória.

Zarefsky (1984) identificou oito princípios que compõem o género da teoria da conspiração. Os primeiros quatro referem-se ao contexto e situação, explicando como os argumentos conspirativos são legitimados, e os quatro seguintes dizem respeito à estrutura desses próprios argumentos.

Assim, eis os quatro princípios relativos ao contexto e situação:

- Explicar um mal ambíguo. O primeiro princípio indica que para uma conspiração ser amplamente aceite ela deve explicar um mal ambíguo. O autor indica que os adeptos das teorias da conspiração usualmente identificam os agentes que têm um motivo claro para afligir a sociedade e define os meios pelos quais o agente (do mal) está a fazê-lo. Este tipo de identificação oferece assim à sociedade o alvo a quem culpar.

- Explicar um padrão de anomalias. O segundo princípio afirma que um argumento pode ser aceite quando explica um padrão de anomalias. Indivíduos ganham força com um argumento devido à sua habilidade para explicar “paradoxo e incongruência”. O autor salienta que quando um grande número de acontecimentos ocorre e parece desenvolver um padrão, a necessidade para explicar esses acontecimentos aumenta fortemente.

- Posições de polaridade resolvem a ambiguidade. Os argumentos conspirativos são mais aceites quando as posições de polaridade são usadas para resolver a ambiguidade. Este princípio segue a ideia de que as coisas realmente não são como parecem. Este argumento dá às pessoas uma clara escolha de alternativas.

- A aceitação aumenta em épocas de tensão social. Por fim, os argumentos conspirativos são mais geralmente aceites em épocas de tensão social. O autor assinala que embora seja surpreendente pensar que alguém está a elaborar um plano malévolo, é

também tranquilizador descobrir na realidade o que foi acontecendo. Essa sensação de tranquilidade permite aos indivíduos dar sentido a vários fenómenos e estar alerta, de guarda.

Já os quatro princípios apresentados por Zarefsky quanto à estrutura dos argumentos das teorias da conspiração são os seguintes:

- Inversão do fardo da prova. A primeira estratégia que os teóricos da conspiração talvez usem para tornar a sua teoria credível é fazer a inversão do fardo da prova de si mesmos e atirá-lo para os seus adversários.

- Os motivos são comprovados por resíduos. A segunda maneira de os argumentos serem credíveis é verificar se os motivos são comprovados por resíduos. O que isto significa é que o argumento não será, provavelmente, persuasivo, a não ser que o alegado criador da teoria da conspiração mostre ter tido um motivo para participar no enredo tortuoso. Este princípio pergunta: “Que motivo tinhas tu para fazer X se tu não estavas à espera que X acontecesse?” ou “Que motivo tinhas tu para fazer X se não fazes parte da teoria da conspiração?”. O autor argumenta que este método de argumentação é superior porque o adversário tem de recorrer a uma explicação alternativa. Mas se uma explicação alternativa é dada, o argumento poderá encobrir a verdade.

- Inferências são mais persuasivas. Porque as inferências tendem a ser mais persuasivas partindo de uma evidência do que dos próprios documentos reais, já que o poder do documento mantém a sua dependência do contexto no qual é colocado. Mesmo que seja o teórico da conspiração quem escolhe o contexto, o adversário pode rejeitá-lo como prova de redefinir o contexto. As inferências permitem ao teórico pegar num acontecimento ambíguo e insignificante e torná-lo parte de um quadro maior.

- A resposta do adversário. Embora o último princípio trate mais com a resposta do adversário, também é considerado parte do argumento conspirativo. Quando um teórico da conspiração alega a existência de uma conspiração, o adversário pode responder de uma das três maneiras: pode negar completamente a alegação e negar-lhe provimento; pode oferecer uma visão alternativa dos acontecimentos ou detalhes; ou pode fazer uma contra-acusação. Se a primeira resposta é escolhida, então deve ser associada a uma transferência bem sucedida do fardo da prova. Se a segunda for escolhida, pode funcionar em circunstâncias questionáveis, mas será difícil de sustentar

em resposta às evidências documentais. Mas, se a terceira for escolhida, permitirá ao adversário afligir o teórico da conspiração com as mesmas dificuldades que ele/ela enfrenta. O autor refere que os contra-argumentos são as respostas mais eficientes para uma reivindicação de conspiração.

O autor defende que estes oito princípios trabalham juntos para criar o gênero do argumento conspirativo.

Tentando traçar o perfil de quem cria as teorias da conspiração, Hofstadter (1964) identificou os principais praticantes do discurso de conspiração como extremistas políticos. Goodnight & Poulakos (1981) observaram que esses conspiradores são vistos como seres "perturbados, anormais, brutais, poderosos e inteligentes", sendo que essa imagem dificulta a crença de algumas pessoas, sobretudo as mais instruídas, nas suas teorias. Clarke (2002) vai mais longe e afirma que "os conspiradores são tipicamente vítimas de uma forma de insuficiência cognitiva." Knight (2000) avança que o usual protótipo de um teórico da conspiração é de "um ser obsessivo, paranóico e defensor de políticas extremas com uma perigosa tendência para designar os habituais suspeitos de algo como bodes expiatórios" criados pelos verdadeiros culpados.

2.5 Internet enquanto meio por excelência das teorias da conspiração e suas implicações sobre o jornalismo

A internet tem sido considerada o meio de excelência para a difusão das teorias da conspiração. Sem barreiras à entrada, permitindo a qualquer pessoa publicar os conteúdos que entender, e acessível a todo o mundo, a internet é considerada o grande impulsionador das teorias de conspiração. Bratich, no seu artigo de 2004 intitulado "Não Confie em Ninguém (na Internet) " afirma mesmo que a internet é tida como o catalisador para a implantação rápida e ampla difusão de informações não confiáveis. A forma como estas teorias conspiratórias se espalham e ganham dimensão sempre foi tida como um ponto de grande interesse junto dos estudiosos. Black, por exemplo, definiu o ciberespaço como uma "fonte de fantasias bizarras", que, com uma comunicação informal se assume como uma rede de boatos e a casa para os disseminadores de conspirações atíçarem o fogo. Assim, esta nova tecnologia tem-se tornado num espaço

de boato, fofoca, folclore urbano e fantasia (Bratich, 2004).

Contudo, a forma como os meios de comunicação social usam essas informações veiculadas online é diferente. Acredita-se que, longe de realizar as suas próprias investigações, muitos jornais fazem um juízo *a priori* sobre o que encontram na Internet, rejeitando essas ideias mesmo antes das entidades oficiais fazerem a sua própria investigação. Tidas como especulações, primeiro por desrespeitarem o código jornalístico, muitas dessas teorias são depois consideradas como fantasias ou paranóias políticas (Bratich, 2004). Ainda assim, outros meios de comunicação dão voz às teorias da conspiração, levantando a discussão em jornalismo.

Kornbluh (1997) baseou-se no furor criado acerca do caso "Dark Alliance"², um claro caso em que a internet foi usada como meio de difusão de informações não confirmadas e teve um alcance enorme, para alertar para a necessidade de "levantar a questão do jornalismo responsável e irresponsável, especialmente numa era de crescente cepticismo em relação ao governo e à imprensa institucional." Para evitar a sedução e a crença em fantasias, Achenback (1996) defendeu a existência de um cepticismo controlado, meio fundamental para se distinguir os produtores legítimos de informação de aspirantes a isso e manipuladores de informação. Há assim uma tendência da internet para "reduzir as responsabilidades éticas do jornalismo de investigação", pelo que as novas potencialidades oferecidas pela internet, como a sua velocidade de transmissão, a sua capacidade de segmentação de audiências e a possibilidade de estabelecer diálogos, são poderosos atributos que exigem níveis anormalmente elevados de responsabilidade e moderação (Bratich, 2004). Cada vez mais autores acreditam que o aparecimento das histórias na Web foi um sinal da perda das normas, o que se torna num perigo para o jornalismo de investigação. Teepen (1996) chama a atenção para os perigos de "os novos meios muitas vezes não serem dotados de "gatekeepers sérios", ou seja, alguém

² "Dark Alliance" é o nome pelo qual ficou conhecido um caso ocorrido nos Estados Unidos, em 1996, protagonizado por Gary Webb, um jornalista de investigação. Nesse ano, Webb publicou uma série de 3 artigos no *San Jose Mercury News*, onde disse que nos anos 80 entrou droga nos EUA através da Nicarágua, sendo o contrabando feito pela própria CIA e com o conhecimento da Casa Branca. O caso tornou-se um escândalo, com os artigos a serem vistos por 1,3 milhões de pessoas por dia no site oficial do jornal. Depois de toda a controvérsia, o choque maior aconteceu quando o editor executivo do jornal, oito meses depois, assumiu publicamente que a história continha algumas inconsistências.

que faça um filtro para distinguir a verdadeira informação de meras suposições e especulações. Lasica (1996) lança mesmo as questões: Qual será o papel dos jornalistas quando qualquer pessoa com um computador e um modem por reclamar para si o direito de ser repórter? Serão os jornalistas profissionais necessários numa era em que as pessoas podem obter as suas notícias de forma não filtrada?

Por tudo isto, a internet é assim considerada "o meio dos conspiradores por excelência", quer pelo excesso (de informação num selvagem abandono) quer pela escassez (de ética, filtros e confiabilidade). O ciberespaço é tido como um mundo irracional, de forças desordenadas e perigosas possibilidades ilimitadas. (Bratich, 2004). De referir que os jovens, quer pela sua familiaridade com este meio, quer pela pouca capacidade que possuem para filtrar a informação, são considerados um público apetecível para os conspiradores (Smith e Novella, 2007).

2.6 A crescente complexidade de construção das mensagens mediáticas e a necessidade de uma educação para os média

Ainda que as teorias da conspiração sejam facilmente veiculadas, sobretudo na internet, continua a intrigar a razão pela qual a sua mensagem é tão eficiente e aceite pelo público. Os autores acreditam que há dois motivos para estas teorias da conspiração terem um alcance tão grande sobre os leitores: em primeira instância devido à pouca literacia mediática dos receptores da mensagem, ou seja, a sua incapacidade para perceber se uma informação é confiável ou não; e depois pela tendência para estas teorias serem cada vez mais elaboradas e parecerem progressivamente mais fundamentadas.

No que diz respeito à literacia mediática, ou educação para os média, esta é uma ferramenta capaz de dotar os leitores de uma protecção relativamente às informações manipuladas, impedindo que se acredite em tudo o que se lê. Numa era em que qualquer pessoa pode escrever e difundir o que entender, cabe ao leitor ter a capacidade de distinguir o que é confiável do que é fantasioso. Alvermann (2004) constatou que "já não é suficiente ser capaz de ler a palavra escrita; crianças, jovens e adultos precisam de capacidade para interpretar criticamente as imagens marcantes de uma cultura multimédia. A literacia fornece uma ferramenta pedagógica necessária para viver e

trabalhar no século XIX." Os educadores estão, inclusive, a começar a encarar a literacia mediática como a melhor maneira de ajudar os alunos a dominar as habilidades do pensamento crítico (Rogow, 2003).

Eis algumas definições do conceito de literacia dadas por vários autores:

- "É uma habilidade de pensamento crítico que permite ao público decifrar as informações que recebe através dos canais de comunicação de massa e capacita-o para desenvolver julgamentos independentes sobre os conteúdos dos média." (Silverblatt e Eliceiri, 1997)

- "É a capacidade de consumir criticamente e criar comunicação. Os indivíduos dotados de literacia são mais capazes de decifrar as mensagens complexas que recebem da televisão, rádio, jornais, livros, cartazes, placas, embalagens, materiais de marketing, jogos de computador e da Internet. A literacia mediática pode ajudar a compreender não só o conteúdo das mensagens dos meios ao nível da superfície, mas o mais profundo, e muitas vezes mais importante, significado abaixo da superfície. A literacia mediática visa dar aos consumidores maior liberdade, ensinando-os a analisar, aceder, avaliar e produzir comunicação." (Moody, 1996)

- "É uma perspectiva a partir da qual ficamos expostos aos média e interpretamos o significado das mensagens que encontramos. Nós construímos a nossa perspectiva de estruturas do conhecimento. Não é uma fase natural; em vez disso, deve ser desenvolvida. Não se trata de uma categoria; existem graus de literacia mediática. É multidimensional, com o desenvolvimento a ocorrer ao nível cognitivo, emocional, estético e moral. O propósito de desenvolver a literacia mediática é dar a uma pessoa um maior controlo dos riscos e a construção de significado a partir das informações encontradas nessas exposições." (Potter, 2004)

Rogow (2003) identificou três características da literacia mediática. Na sua óptica, o foco da literacia mediática é no processo e não no conteúdo. "A meta de literacia mediática não é memorizar factos acerca dos média, nem mesmo ser capaz de fazer um vídeo ou uma apresentação PowerPoint. É, sim, explorar questões que surgem quando alguém se envolve criticamente com uma mensagem mediática - impressa ou electrónica. Isso envolve aprender como identificar conceitos chave, fazer conexões entre múltiplas ideias, colocar questões pertinentes, identificar falácias e formular uma

resposta.” Em segundo lugar, diz a autora, “a educação para a literacia mediática expande o conceito de um texto impresso, mas inclui qualquer mensagem - verbal, audível ou visual - (ou os 3 juntos!) que seja usada para criar e passar ideias entre seres humanos.” Por último, atesta que a “literacia mediática é caracterizada pelo princípio de averiguação/investigação - que é aprender a colocar questões importantes acerca qualquer coisa que se vê, ouve ou lê.”

Ciente da natureza complexa dos média e da necessidade da literacia mediática se expandir, o Centro de Média e Literacia definiu, em 2003, cinco questões que deveriam ser colocadas por todos os receptores antes de ler qualquer mensagem, de modo a aumentar a sua literacia e resistência a falsas informações. São elas: Quem criou esta mensagem? Que técnicas criativas são utilizadas para atrair a minha atenção? Como pessoas diferentes podem entender esta mensagem de forma diferente de mim? Quais os estilos de vida, valores e pontos de vista que estão representados - ou omitidos - nesta mensagem? Porquê que esta mensagem está a ser enviada? Infelizmente, muitos leitores não se questionam, tornando-se, pela sua iliteracia, alvos fáceis das teorias da conspiração. Também Natharius (2004) considera que há questões que devem ser colocadas, sobretudo numa era digital, onde qualquer indivíduo pode escrever (e/ou omitir) o que entender. "O que não é visto é tão importante quanto o que é visto - este é um axioma crucial que nós precisamos lembrar sempre que vemos imagens na televisão, em revistas, em jornais, e na internet. A presença adicional da tecnologia digital criou mais uma barreira para nós. Não só temos de perguntar ‘O que eles nos estão a mostrar?’ como também ‘O que eles fizeram para alterar ou manipular as imagens que me estão a mostrar?’”

Alvermann (2004) defende que “uma teoria cognitiva da literacia mediática poderia ajudar directamente as pessoas na forma como se deparam com as mensagens massivas dos meios de comunicação que marcam o seu quotidiano”, ou seja, ajudá-las na forma como tomam decisões de filtragem, como fazem ligações eficientes de símbolos dessas mensagens com significados aprendidos e como, a partir daí, constroem novos significados para si próprias. Assim, a autora alerta para a necessidade de criar mecanismos que permitam aos cidadãos lidar com a informação, de modo a ganhar resistências: “A literacia mediática não é necessária no futuro. Ela é necessária agora,

urgentemente, para garantir que os nossos cidadãos estão preparados para tomar decisões.”

Vieira (2006), investigador português do Centro de Administração e Políticas Públicas (CAPP), entende que literacia pode ser definida pelas “práticas de ensino que têm por objectivo o desenvolvimento de certas competências ligadas à utilização dos média, à aquisição de uma atitude crítica e reflectida perante os média para formar cidadãos equilibrados, capazes de construir a sua própria opinião a partir das informações disponíveis.” Segundo o autor, “graças a essa educação, os cidadãos devem poder ter acesso à informação, analisá-la e identificar os interesses subjacentes de ordem económica, política, social ou cultural.”

O autor considera que a educação para os média permite um adequado consumo dos conteúdos, dotando o leitor de defesas face a informações consideradas inapropriadas ou pouco recomendáveis, para além de evitar o que chama de possíveis erros de interpretação. “A educação para os média, ao desenvolver o espírito crítico, conduz a comportamentos mais responsáveis e guia os jovens na construção de uma opinião pessoal mais realista, positiva, aberta à diversidade das culturas e dos modelos. Entre outros, os jovens tornam-se mais atentos às personagens das produções dos média e exprimem o seu desacordo face aos estereótipos, colocam em perspectiva os factos históricos por detrás da ficção, questionam-se sobre a credibilidade da informação, compreendem os interesses financeiros por detrás dos conteúdos, tomam consciência da influência da publicidade sobre o seu próprio consumo de produtos e prestam atenção à actualidade e ao tratamento das notícias nos média.” São estes os benefícios que o autor considera que a literacia mediática traz aos indivíduos, devendo tais mecanismos ser incutidos em crianças e jovens.

Muitos autores defendem, com efeito, que estas ferramentas deveriam ser ensinadas na escola, dado o papel de relevo que os meios de comunicação têm hoje na sociedade e a urgência em preparar as pessoas para lidar com a profusão (e variedade) de conteúdos. Thoman & Jolls (2004) defendem esta ideia, atribuindo máxima importância aos meios de comunicação social: “Os média já não moldam a nossa cultura: eles são a nossa cultura.” Também Galician (2004) entende que deve haver “educação para os média” nas escolas: “Nós não esperamos que as crianças ou adultos

sejam capazes de aprender a ler sozinhos, mas muitas pessoas ingenuamente esperam que eles sejam capazes de ler os variados e complicados textos mediático - não apenas jornais, revistas e livros, mas também músicas populares, rádio, televisão, filmes, videoclips e internet - sem qualquer instrução formal.”

Tendo em conta este protagonismo dos média, torna-se indispensável compreender a sua génese, para assim saber fazer um bom uso dos mesmos. Vieira (2006) alerta para esta necessidade, depois de quatro constatações:

- a) Os média são construções - Todo o produto mediático é cuidadosamente construído, criado num objectivo específico, elaborado de um ponto de vista particular e sujeito a formas e técnicas que lhe são próprias. O papel da educação para os média é o de desconstruir esses produtos para explorar as escolhas e os factores que lhes estão subjacentes.
- b) Cada público tem a sua interpretação particular - As nossas atitudes, conhecimentos e experiências de vida influenciam a maneira como percebemos os média. Cada um interpreta de forma diferente o que vê e entende. A educação para os média ajuda os jovens a compreenderem como os factores individuais (idade, sexo, origem étnica ou estatuto social) intervêm nessas diferentes interpretações.
- c) Os média obedecem a imperativos comerciais - Os produtos mediáticos são geralmente o resultado de uma indústria que deve ser lucrativa para sobreviver. Além disso, essas indústrias pertencem a uma forte rede de corporações que influenciam o seu conteúdo e a sua distribuição. As questões de propriedade e de controlo dos média são de uma grande importância pelo facto de um número relativamente pequeno de indivíduos controlar o que vemos, lemos ou escutamos nos média.
- d) Todos os média acolhem mensagens ideológicas - Abertamente ou não, os grandes média veiculam mensagens ideológicas e noções de valor, de poder e de autoridade. Na educação para os media, importa mais identificar o que é excluído de um produto mediático do que aquilo que está presente.

Face à constatação de que as mensagens são “construções” – Potter (2004) afirma mesmo que os médias têm “propósitos secundários na difusão das mensagens” -, os autores defendem que a sua desconstrução, por parte dos leitores, é um exercício indispensável. Aprender a decodificar e questionar a mensagem é fortemente recomendado. “Da mesma forma que se aprende a ler, a escrever e a contar para ter acesso a uma vida autónoma, aprender-se-á os média no futuro próximo, porque eles são fonte de saberes mas também de manipulações. Aprender os média é o prolongamento natural dos saberes de base. Mais necessário do que se possa julgar” (Gonnet, 1997). Na mesma linha, Adams e Hamm (2001) consideram que a literacia exige uma compreensão das tecnologias de informação e comunicação, bem como a manipulação do processo utilizado para criar mensagens no mundo moderno.

Neste sentido, há hábitos que devem ser cultivados, os quais contribuem para o incremento da literacia mediática. Masterman (1985) afirma que a questão “Precisamente quão bom é este programa de televisão ou jornal?” vale a pena ser colocada, em qualquer circunstância. “As questões ‘Quem produz’ e ‘Quem constrói e com que interesses?’ tornam-se lógicas”, acrescenta o autor, considerando urgente estudar a forma como a comunicação é feita, sobretudo nos média, que “não reflectem a realidade, mas representam-na.” O autor indica que “o objectivo central da educação para os média é ‘desnaturalizar’ os média. A educação para os média desafia a ‘naturalidade’ das imagens dos média”, uma vez que as considera construções. Daí a importância da literacia mediática, para que os indivíduos consigam interpretar e criticar a informação. Por tudo isso, Bazalgette (1997) assume que, na actualidade, instaurar uma cultura de literacia mediática é um “grande movimento internacional”, com tendência para crescer no futuro. A autora adverte para a importância de os consumidores estarem atentos e ganharem resistências às tentativas de manipulações, dando como exemplo o que acontece no processo político, onde os meios de comunicação são “usados” para transmitir determinadas mensagens, com determinados propósitos. “A educação para os média tem, claramente, um papel vital no processo democrático, uma vez que as eleições nacionais são agora essencialmente eventos de média e os líderes políticos são embalados e comercializados como produtos”, refere,

para lembrar que é necessário perceber que as mensagens chegam até aos consumidores com algum intuito.

Potter (2004) concluiu que muitas das mensagens – entre elas as teorias da conspiração - são eficazes junto do público porque este não está a consumir os conteúdos com a devida atenção e precaução. O autor deixa um alerta, depois de verificar que o automatismo aquando da recepção de informações é o maior inimigo da literacia mediática: “Sentimo-nos confortáveis ao empregar processos automáticos, como foco na eficiência, deixando as nossas habilidades de construção de significado atrofiadas.” “Consumimos informação seguindo um modelo padrão de processamento de informação, onde as nossas mentes estão no piloto automático. Este automatismo permite-nos evitar quase todas as mensagens e consumir com eficiência. No entanto, este automatismo vem com um preço. Deste modo, permitimos que os meios de comunicação nos condicionem enquanto estamos nesse estado automático”, acrescenta o autor, comparando este processo com a condução de um carro: “Para muitas pessoas, conduzir um carro é uma tarefa automática. As pessoas que conduzem para o trabalho todos os dias, raramente se lembram dos detalhes ou das centenas de decisões que tomamos num simples viagem.” Assim, se não houver concentração ou esforço mental, a tendência do ser humano é deixar escapar uma boa parte da informação, ou interpretar de forma negligente a que aquela que é recebida. Tal constatação também mereceu a preocupação de Rogers, Rousseau e Fisk (1999): “Após uma prática extensa e consistente, os componentes de uma tarefa tornam-se automáticos. Como resultado, por não exigirem mais uma aplicação passo-a-passo, passam a ser realizadas de forma rápida, mais eficiente, e geralmente de forma mais precisa. Os componentes de uma tarefa automática não exigem dedicação e recursos de atenção, pelo que podem ser realizadas ao mesmo tempo que outras tarefas. Uma outra característica de um processo automático é que, uma vez iniciado, tende a manter-se, a não ser que haja um esforço para contrariá-lo.”

Esta preocupação com a literacia mediática (ou a sua ausência), e o modo automático como muitas vezes os conteúdos são consumidos, prende-se com a constatação do quão poderosas podem ser as mensagens veiculadas pelos meios de

comunicação. Aí reside o problema em não estarmos atentos ao que estamos a receber. Potter (2004) afirma mesmo que “qualquer teoria sobre literacia mediática deve ser na sua essência uma teoria sobre como as pessoas são afectadas pelos média.” Alertando depois para o maior perigo deste automatismo: “O efeito que os meios de comunicação exercem é mais poderoso quando a pessoa está a operar de modo inconsciente.”

Apesar de, até aqui, o enfoque dado se relacionar com os média, a literacia é um conceito que diz respeito à comunicação em geral (blogues, sites, etc.) e não só às informações veiculadas pelos órgãos de comunicação social. Segundo vários autores, a definição de literacia foi recentemente ampliada para incluir ideias de comunicação, o funcionamento da sociedade, e lidar com todas as formas de informação na era tecnológica. Considerando que a definição anterior de literacia tinha os média de impressão como o seu foco, um discurso com uma visão ampliada de literacia deve, agora, incluir outras formas de média. Tyner (1998) segue esta linha de pensamento e afirmou que a literacia está relacionada não só com os meios de comunicação social, mas com todas as formas de comunicação. A autora identifica o que chama de “múltiplas literacias”: literacia tecnológica, visual, electrónica, dos computadores e da informação. Adams e Hamm (2001) argumentam que as pessoas devem entender todas as tecnologias que fornecem informação. “Literacia escrita, literacia visual, literacia para os computadores não são sinónimos de literacia mediática; em vez disso, são apenas componentes. A literacia mediática inclui todas essas habilidades especializadas, bem como algo mais” (Potter, 2004). O mesmo autor acrescenta: “As mensagens podem ser transmitidas em diferentes média: televisão, rádio, CD’s, jogos, livros, jornais, revistas, sites, conversas, leituras, concertos, signos ao longo das ruas, rótulos nos produtos que compramos, e assim por diante.” Thoman & Jolls (2004) constata: “Hoje em dia, a informação sobre o mundo chega até nós não só através de palavras, num pedaço de papel, mas também, e cada vez mais, através de imagens poderosas e sons da nossa cultura multimédia.” Dentro deste conceito de cultura multimédia, Rushkoff (1996) chegou a uma conclusão. O autor denominou a actual geração jovem de “geração dos ecrãs”, porque o uso que fazem dos média não é distinto especificamente como televisão ou jogos de vídeo, ou computadores - ou mesmo telefones - mas simplesmente como séries de ecrãs a que eles acedem e manipulam numa constante evolução

massificada de partilha de comunicação. Natharius (2004) também esquece o papel e diz mesmo que a imagem nunca foi tão dominante quanto agora. "Em algum momento da segunda metade do século XX - talvez a primeira vez na história da humanidade - começou a parecer que as imagens ganhariam vantagem sobre as palavras."

O conceito de literacia mediática é indissociável do conceito "credibilidade". A credibilidade atribuída a uma mensagem é o factor-chave que vai determinar se o receptor vai considerar, ou não, o seu conteúdo válido, à luz da literacia mediática que possui. Se tal informação for credível vai, à partida, preencher os requisitos determinados pela literacia mediática, passando no "rastreo" da informação que é feito pelo indivíduo.

Dentro deste domínio da credibilidade, há, tradicionalmente, duas dimensões que entram em jogo: fontes de informação (fiáveis ou não) e posicionamento do jornalista (imparcial ou não). Normalmente, são estas as dimensões que os indivíduos levam em consideração quando pretendem perceber até que ponto determinada informação é confiável.

Wathen e Burkell (2002) desenvolveram um modelo onde a percepção da credibilidade de um site poderia ser dividida em duas fases. Numa primeira fase, os usuários avaliam a apresentação do site (organização, atenção ao detalhe, fontes, etc.) e, se tal for de encontro às suas expectativas, passam à fase dois, onde passa a ser o conteúdo a componente avaliada (validade da informação, precisão, relevância, etc). Contudo, os estudiosos concluem que este processo nem sempre é feito e, quando o é, nem sempre é da melhor maneira. Um estudo recente, realizado nos EUA e intitulado "Credibilidade Online: Jovens Adultos avaliam conteúdos da Internet", pretendeu entender como jovens adultos avaliam os conteúdos online, o meio onde há menos barreiras para a difusão de informação. O estudo reconhece que as pessoas apresentam ainda muitas dificuldades ao nível da procura de informação, sobretudo na internet, quer pela especificidade do meio, quer pela falta de preparação dos sujeitos. Um dos hábitos que os inquiridos revelaram ter é o de recorrer a motores de busca, como o Google ou o Yahoo!, quando procuram determinada informação, escolhendo, indiscriminadamente,

uma das opções que surge em primeiro lugar nos resultados da busca. Tal relega a validade das fontes e a confiabilidade dos emissores das mensagens para segundo plano (Hargittai, Fullerton, Menchen-Trenivo e Thomas, 2010). Mas as dificuldades não se prendem apenas com a escolha dos conteúdos. Mesmo depois de estar a consumir determinada informação, é difícil para um indivíduo perceber se a mesma é confiável. “É quase impossível para um consumidor médio da internet ter um sentido bem definido de credibilidade das diversas fontes e categorias das mensagens, devido à multiplicidade de fontes incorporadas e às numerosas camadas de difusão de conteúdos online.” (Sundar, 2008). Forte e Bruckmam (2008) concluíram que, quando o tema é ciências, por exemplo, as pessoas não compreendem totalmente as diferenças entre artigos da Wikipédia e outras fontes.

Metzger (2007) alerta para o que considera ser uma estratégia usada pelos emissores de mensagens para credibilizar os seus conteúdos. Prende-se com a forma de apresentação dos conteúdos. Foi realizado um inquérito onde a informação provinha de diferentes fontes, mas o formato de apresentação foi padronizado para todas elas, para que o conteúdo de um livro não parecesse diferente do de outra fonte multimédia. Ou seja, informações de fontes diferentes foram apresentadas de formas (estéticas, design) iguais, para “iludir” os leitores. “Essa falta de pistas contextuais é precisamente o que os estudiosos têm apontado como uma fonte de dificuldades na determinação da credibilidade online”, disse.

O problema é, contudo, ainda mais grave, quando os indivíduos nem sequer revelam preocupações quanto às fontes, consumindo a informação de forma despreocupada e automática. Britt e Anglinskias (2002) chamaram a atenção para um estudo que lidava com a atenção de estudantes aquando do uso de múltiplas fontes impressas, como autobiografias, histórias ou romances, concluindo que, mesmo quando foi expressamente solicitado, tais alunos não prestaram atenção suficiente às fontes e contextos dos documentos.

Em face destas constatações, que apontam para displicência ou falta de capacidade por parte dos consumidores de informação para distinguir bons conteúdos dos maus, vários autores mostram-se preocupados, reconhecendo uma das mais

importantes batalhas da literacia mediática é ensinar os consumidores a avaliar a credibilidade das informações.

Galician (2004) deixa um aviso: "Se nós - enquanto indivíduos e sociedade - queremos capacitar-nos para usar os média em vez de deixar que eles nos usem, se queremos controlar os média em vez de termos os média a controlar-nos, então temos de fazer um sério e longo compromisso quanto a combater a ilitecacia mediática, que é excessiva neste país."

Quanto à elaboração das teorias da conspiração, a outra característica que explica a razão de elas serem tão eficazes junto do público, há uma tendência para estas parecerem cada vez mais credíveis e fundamentadas, de modo a merecerem a confiança de um maior número de pessoas. "Tornou-se difícil distinguir as boas informações das más, já que as teorias da conspiração podem aparecer sedutoramente lógicas e objectivas" (Bratich, 2004). McHoskey (1995) constatou também que a popularidade das teorias da conspiração cresce com o tempo e com ele se tornam cada vez mais elaboradas, tornando assim mais fácil a crença nas mesmas. Johnson defendeu isso mesmo, dando conta que "as fantasias não são simplesmente uma expressão do medo incipiente. Existe uma forma, uma arquitectura para a paranóia." Também Knight (2000) constatou que as teorias da conspiração são agora menos propensas a dar voz a medos e alarmismos sobre uma eventual irrupção da ordem normal das coisas, estando mais virada para expressar uma suspeita não inteiramente infundada. O estilo da cultura conspiratória mudou de condenações rígidas sobre um inimigo demonizado e particular para um cínico e generalizado sentimento de ubiquidade. A certeza deu lugar à dúvida e a conspiração tornou-se numa hipótese de defeito numa era onde se desconfia de tudo e todos."

2.7 Problemas e falhas das teorias da conspiração

Contudo, como seria de prever, há autores que defendem que nenhuma teoria da conspiração é confiável. Domhoff (2005) escreveu um artigo intitulado "Não há Conspirações", cuja principal conclusão foi que "nenhuma teoria da conspiração é credível sobre qualquer assunto". Assim, o autor identificou cinco problemas na visão

conspiratória, que a desacreditam por “não encaixarem com o que sabemos sobre as estruturas de poder”. Primeiro, os adeptos das teorias da conspiração assumem que um punhado de pessoas ricas e altamente educadas desenvolve um extremo desejo de poder psicológico que as leva a fazer coisas que não combinam com os papéis que parecem ter; depois, em segundo lugar, a visão conspirativa assume que nos bastidores os líderes são extremamente inteligente e conhecedores, enquanto a ciência social e pesquisa histórica mostra que muitas vezes eles tomam decisões equivocadas por falta de visão devido aos limites do seu pensamento; em terceiro plano, a visão conspirativa coloca o poder apenas nas mãos de algumas dezenas de pessoas, guiadas por um forte líder, enquanto os sociólogos dizem que há um grupo de liderança de muitos milhares; em quarto lugar, assume que os peritos inteligentes manipulam, com ideias bizarras e grandiosas, o pensamento dos seus patrões, quando os estudos de formulação de políticas mostram que o trabalho desses peritos é normalmente ignorado; por fim, o ponto de vista das teorias da conspiração defende que os planos de conspiração ilegal, como mudar o governo ou assassinar pessoas, podem ser mantidos em segredo por longos períodos de tempo, mas todas as evidências indicam que os grupos secretos são quase sempre descobertos por grupos de liberdades civis, infiltrados através de jornalistas ou funcionários do governo, sendo tudo depois escrito na imprensa.

3. Estudo Empírico

Após o processo de recolha de informação sobre este tema, é imediata a constatação de que esta é uma área em crescente discussão na esfera pública e que, de uma forma ou de outra, atinge um cada vez maior número de pessoas. Por iniciativa própria (forma activa) ou por acidente (forma passiva), verifica-se que há várias pessoas expostas a teorias da conspiração.

Apesar do crescente interesse por parte dos estudiosos em se debruçarem sobre esta matéria, pode dizer-se que se trata de uma área ainda pouco explorada, nomeadamente em Portugal, sobretudo se atendermos à dimensão que este fenómeno tende a atingir. É neste contexto que surge o estudo que foi desenvolvido. Uma tentativa de “descortinar” este fenómeno, estudando que efeitos tem sobre as pessoas à luz do conceito de literacia mediática.

3.1 Questões de Investigação

O objectivo deste estudo é, em primeira instância, alargar o conhecimento sobre o fenómeno das teorias da conspiração, de uma forma geral. No topo das intenções do estudo está estudar os efeitos que as teorias da conspiração têm sobre os indivíduos, comparando os efeitos entre indivíduos que foram expostos a diferentes mensagens, mensagens essas com diferentes graus de credibilidade de acordo com o conceito da literacia mediática. Um propósito central é investigar que técnicas propiciam maior resistência – ou, pelo contrário, sedução – dos indivíduos a estas teorias da conspiração. A hipótese que se coloca é: os textos sobre teorias da conspiração que obedeçam a determinadas regras de literacia mediática suscitam maior aceitação junto do público (e, logo, maiores efeitos) do que textos construídos sem dar respostas às principais exigências da literacia mediática. Neste contexto, importa verificar: até que ponto as pessoas são facilmente afectadas pelas teorias da conspiração? E em que circunstâncias? Será mesmo que as mensagens que adoptem preocupações com as dimensões da literacia mediática são mais eficazes sobre o público?

Esta investigação é orientada pelos seguintes pressupostos:

- Verificar se as pessoas mudam de opinião sobre determinado acontecimento depois de expostas a teorias da conspiração;
- Verificar se há formas mais eficazes do que outras de criar e difundir teorias da conspiração;
- Perceber o que faz variar essa eficácia, ou seja, que “estratégias” (na elaboração e transmissão de mensagens) colhem uma maior aceitação junto do público;
- Analisar com que facilidade essa opinião muda, à luz do conceito da literacia mediática;
- Verificar se mensagens que obedeçam a requisitos da literacia mediática têm mais aceitação junto do público;
- Investigar se as pessoas dominam e estão familiarizadas com o conceito de literacia mediática;
- Relacionar possíveis variações nos efeitos com variáveis individuais, como sexo, orientação política, curso etc.
- Verificar se a diferentes áreas de formação e interesse correspondem diferentes graus de literacia mediática;

Estas são algumas questões que o estudo se propõe a analisar, dentro da problemática central desta investigação – Teorias da Conspiração: Resistência e Sedução a partir do conceito de Literacia Mediática.

3.2 Descrição da Metodologia

Para aumentar o conhecimento sobre o fenómeno das teorias da conspiração, uma matéria relativamente pouco explorada em Portugal, considerou-se mais aconselhável proceder à recolha de dados primários. Isto é, fazer uma investigação de

raiz, sem recorrer a dados já existentes, fazendo antes um levantamento autónomo e inédito das informações específicas que se pretendiam obter. Para tal, optou-se por contactar directamente com as pessoas, inquirindo-as sobre esta matéria. A administração de um inquérito foi, assim, a metodologia escolhida.

Ainda que fosse possível questionar as pessoas sobre as teorias da conspiração de uma forma global, avaliando os seus conhecimentos sobre este fenómeno, esta não pareceu ser a melhor estratégia, por duas razões:

- Primeiro porque o simples facto de usar o termo “teorias da conspiração” poderia suggestionar os inquiridos, levando-os, *a priori*, a recusar qualquer tipo de identificação com as mesmas. Segundo vários autores já citados, uma grande fatia da população desenvolve um padrão comportamental, no qual revela alguma relutância em assumir a sua identificação com as teorias da conspiração, o que leva a crer que a própria designação tenha uma conotação negativa. Como tal, optou-se por questionar as pessoas sobre as teorias da conspiração sem que em algum momento tal tenha sido assumido ou referido. A temática do estudo não foi identificada.

- Depois, porque o objetivo primordial desta investigação não é avaliar o nível de conhecimento da população sobre esta temática. É, sim, avaliar os efeitos que esse conhecimento, essa exposição às teorias de conspiração, tem sobre a sua opinião acerca de determinado tema. Para tal, o recomendável foi esquecer o geral (o tema das teorias da conspiração, difícil de medir e controlar) e passar para o particular (analisar o comportamento/reacções face a uma teoria da conspiração, uma situação específica e isolada, neste caso, o conteúdo do inquérito).

Assim, sem usar a expressão “teorias da conspiração”, nem inquirindo as pessoas directamente sobre elas, criou-se um contexto alternativo. A estratégia adoptada foi então:

- 1) Escolher uma teoria da conspiração já existente – no caso a de que os atentados de 11 de Setembro de 2001 foram um “trabalho” interno dos Estados Unidos da América, como pretexto para começar uma guerra no Médio Oriente – e narrá-la no contexto de um artigo jornalístico. Ou seja,

dar a conhecer essa teoria da conspiração na óptima de um trabalho jornalístico sobre o tema.

- 2) Para analisar efeitos e comparar resultados, essa mesma teoria foi escrita de seis maneiras diferentes, fazendo variar o POSICIONAMENTO do pretendo texto jornalístico e as FONTES citadas no artigo. Ou seja, contar uma mesma teoria recorrendo a técnicas diferentes, de modo a verificar se estas (duas) variáveis iriam alterar os efeitos sobre as pessoas. As variáveis Fontes e Posicionamento foram assim as únicas componentes a mudar, mantendo-se tudo o resto constante nos seis textos.

Quanto aos POSICIONAMENTOS, variaram entre dois tipos: **Neutro** (em que o jornalista narrou a história de forma isenta, dando a conhecer a versão da teoria da conspiração mas também a oficial, sem defender nenhuma das teses) e **Alinhado** (em que o jornalista defende que tudo foi uma teoria da conspiração, apresentando somente factos que favoreçam esta tese).

Já no que diz respeito às FONTES citadas, adoptaram-se três modalidades: **Sem Fontes** (tudo é escrito pelo jornalista, sem recorrer a nenhuma entidade ou figura para corroborar a informação), **Fontes Duvidosas** (as informações dadas pelo jornalista são complementadas por declarações/citações de entidades pouco credíveis, longe de serem consensuais) e **Fontes Credíveis** (as informações dadas pelo jornalista são complementadas por declarações/citações de entidades de créditos reconhecidos, consideradas credíveis, insuspeitas e consensuais).

Jogando com estas duas variáveis, criaram-se assim seis textos diferentes para narrar uma mesma teoria da conspiração. São eles:

Texto A: Posicionamento Alinhado e Sem Fontes

Texto B: Posicionamento Alinhado e Fontes Duvidosas

Texto C: Posicionamento Alinhado e Fontes Credíveis

Texto D: Posicionamento Neutro e Sem Fontes

Texto E: Posicionamento Neutro e Fontes Duvidosas

Texto F: Posicionamento Neutro e Fontes Credíveis

Elaboraram-se assim seis conteúdos diferentes, a serem apresentados à amostra, ainda que o questionário em si (as perguntas) sobre os textos fosse o mesmo para todos eles.

Dentro destes seis conteúdos, é possível fazer alguns agrupamentos. No que diz respeito ao posicionamento, os textos A, B e C enquadram-se no agrupamento “Alinhado”, enquanto os D, E e F enquadram-se no “Neutro”. Também ao nível das fontes é possível agrupar os textos, com o A e D a pertencerem ao grupo “Sem Fontes”; B e E ao grupo “Fontes Duvidosas”; e C e F ao grupo “Fontes Credíveis”.

O propósito é, assim, apresentar aos estudantes estes seis diferentes conteúdos, para depois verificar se há diferenças significativas entre si ao nível dos resultados, depois dos estudantes responderem a um inquérito sobre o texto que acabaram de ler.

3.2.1 Amostra

A amostra escolhida para a realização do estudo é composta por estudantes universitários de 3 cursos distintos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. São eles: Ciências da Comunicação, Ciência da Informação e Línguas Aplicadas. Os alunos frequentavam o 1.º ou 2.º ano das respectivas licenciaturas. Não foi feita nenhuma triagem em termos de sexo, idade ou outro factor qualquer. Ou seja, não houve qualquer critério de selecção adicional. A única condição para a administração dos inquéritos era, precisamente, os alunos frequentarem, no 1.º ou 2.º ano, um curso da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

A escolha desta amostra foi devidamente pensada e deveu-se a várias razões. Desde logo, porque se partiu do princípio que uma população universitária, à partida com um nível de instrução superior à média portuguesa, estaria mais capacitada para responder a um inquérito desta natureza. Depois, porque os jovens compõem a fatia populacional que está mais familiarizada com a internet, e este é, como já se viu, o meio

por excelência de transmissão de teorias da conspiração. Assim, os jovens – sobretudo os universitários, que têm um elevado acesso à internet – são de certa forma o público-alvo destas teorias, o que aumenta a pertinência de fazer um estudo junto deles.

Para além disto, a população universitária é relativamente homogénea, o que aqui era aconselhável. Como há variáveis nos próprios inquéritos – em termos de Fontes de informação citadas e Posicionamento adoptado pelo jornalista – convinha que a amostra fosse o mais homogénea possível, de modo a não enviesar os resultados. Os estudantes universitários têm semelhantes níveis de escolaridade, idades relativamente próximas e índices de cultura semelhantes. Ou seja, têm vários denominadores comuns entre si, que era o que se pretendia. Esta homogeneidade assume-se como importante, já que aqui as variáveis que importa verdadeiramente observar são as que diferenciam os textos.

Em suma, foram administrados 96 inquéritos na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Contabilizaram-se inquiridos do sexo feminino e do sexo masculino, a frequentar o 1.º ou 2.º ano e de qualquer idade.

Convém aqui referir que, no âmbito do conceito de educação para os média supracitado, é esperada uma maior literacia mediática por parte dos alunos de Ciências da Comunicação. Para além de ser a sua área de interesse, o que os desperta de imediato para esta realidade, estes alunos foram, de algum modo, ensinados a ter determinados cuidados aquando do consumo de informação. É, assim, presumível que tenham uma maior literacia mediática.

3.2.2 Procedimentos

Definidos objectivos e a “escolhida” a amostra a estudar, determinou-se quais os procedimentos a seguir, quer ao nível da elaboração do inquérito, quer da sua posterior administração.

3.2.2.1 Descrição do Inquérito

O desenvolvimento do inquérito pode ser dividido em duas partes: elaboração dos textos de leitura (artigo) e elaboração do questionário (grelha de perguntas). Os textos, conforme referido anteriormente, variaram entre seis tipos, enquanto os questionários eram uniformes.

Texto:

No que diz respeito aos textos, foram totalmente inventados e apresentados aos alunos sob a forma de um artigo jornalístico já existente e publicado, que agora seria recuperado. Intitulado “Um trabalho interno – Novas teorias sobre o 11 de Setembro”, o artigo foi apresentado como sendo retirado do site da Newsweek, uma revista conhecida no âmbito internacional, e assinado por Sarah O’Neill, suposta editora da secção Internacional da publicação. O nome é fictício, bem como a data de elaboração do artigo (12 de Março de 2008) e, claro está, todo o conteúdo do artigo. Já o verdadeiro nome da revista foi usado para elevar os índices de credibilidade junto dos inquiridos. Para aumentar o sucesso nesta tarefa, foi colocado o logótipo do referido órgão de comunicação no canto superior direito de cada uma das duas páginas do artigo. Esta foi a extensão considerada ideal para o artigo - duas páginas A4, com o texto organizado em duas colunas, uma vez que a apresentação da informação também teria de estar em conformidade com uma revista, cujo design é muito peculiar (ver exemplar em anexo).

Depois de definidos estes aspectos mais visuais, passou-se para a elaboração dos conteúdos propriamente ditos. Aqui residiu o principal desafio. Utilizando sempre os mesmos dados, foi proposto elaborar seis diferentes textos, fazendo variar o Posicionamento do jornalista e as Fontes por si citadas.

Nos textos de **posicionamento neutro**, o tom adoptado foi expositivo. A preocupação principal foi transmitir a informação de uma forma imparcial, dando a conhecer sempre os dois lados da história, isto é, a versão oficial apresentada pela Comissão do 11 de Setembro, e a versão alternativa, que é no fundo a teoria da conspiração. Aqui não se adopta qualquer posicionamento, nem pró nem contra a versão oficial, havendo o cuidado de se manter um certo distanciamento. Em suma, nos conteúdos neutros expõem-se argumentos de uma e outra teoria, sem que a intenção seja condicionar e influenciar o leitor. No fundo, o que se espera de um texto jornalístico

confiável.

Nos textos de **posicionamento alinhado**, o tom adoptado foi opinativo. Aqui as interpretações dos acontecimentos assumem-se em exclusivo como anti-versão oficial e só estas são narradas. Ou seja, há um claro posicionamento alinhado com a teoria da conspiração. Só os factos que de certa forma corroboram a teoria da conspiração são incluídos no texto, não havendo o contraponto, ou seja, a defesa das entidades oficiais dos EUA. A preocupação aqui é ser o mais convincente (e parcial...) possível, despertando uma identificação junto do leitor e condicionando a sua percepção do 11 de Setembro. Ou seja, violando todas as regras previstas no código deontológico dos jornalistas, onde a imparcialidade e narrar as duas versões dos factos são duas premissas fundamentais.

Quanto às Fontes, as variações também são assinaláveis. Nos textos **Sem Fontes**, em que a estratégia adoptada foi não incluir citações, tudo o que é dito é assumido pela pretensa jornalista. Ela dá as informações todas, sem recorrer a nenhuma pessoa ou entidade competente para complementar e enriquecer a informação. O texto acaba por perder alguma credibilidade, pois não há nenhuma citação a suportá-lo.

Já nos restantes textos fazem-se citações, da autoria de fontes que se classificam como **Duvidosas** ou **Credíveis**. A diferenciação foi feita mediante o prestígio e reconhecimento atribuído a determinada entidade, organização ou pessoa. Partindo destes pressupostos, foi possível dividir as fontes nestes dois tipos. O quadro seguinte ilustra as diferenças.

Sem Fontes	Fontes Duvidosas	Fontes Credíveis
	<u>Paul Craig Roberts</u> , ex-assistente do secretário do Tesouro na administração Reagan	<u>Paul Craig Roberts</u> , Conselheiro Máximo de Segurança Nacional Americana na administração de Bill Clinton
	<u>Van Romero</u> , membro do Instituto de Pesquisa de Minas e Tecnologia do Novo México	<u>Van Romero</u> , engenheiro do M.I.T. (Instituto de Tecnologia de Massachussetts)

	Investigador <u>John Travis</u> , em declarações ao jornal The Sun	<u>John Travis</u> , ex-Inspector Chefe do FBI com 27 anos de experiência, investigador e autor
	<u>Paul Stewart</u> , ex-militar do Exército no Canadá	<u>Paul Stewart</u> , General Major do Exército Americano no Comando Europeu
	<u>Russ Wittenburg</u> , piloto comercial	<u>Russ Wittenburg</u> , Tenente-coronel e piloto da Força Aérea Americana retirado e director do ASPD (Advanced Space Programs Development)
	Fontes Anónimas da Força Aérea	Antigos analistas da CIA
	Testemunhas	Fontes da NORAD (Comando da Defesa Aérea Norte-Americana)
	Especialistas	Instituto Nacional de Padrões e Tecnologia (NIST)

Como se verifica, os nomes utilizados nos diferentes textos (quer com Fontes Credíveis quer com Fontes Duvidosas) são exactamente os mesmos, bem como a citação em si e a sua localização no artigo. O único aspecto que varia é, efectivamente, o prestígio da pessoa e/ou entidade citadas. É, à partida, substancialmente menor a credibilidade atribuída a “Van Romero, membro do Instituto de Pesquisa de Minas e Tecnologia do Novo México” do que aquela que se espera que seja atribuída “a Van Romero, engenheiro do M.I.T. (Instituto de Tecnologia de Massachussetts) ”.

Há aqui também outro dado a assinalar: o rigor na identificação nas fontes. Enquanto nas Fontes Duvidosas John Travis é um mero investigador, nas Fontes Credíveis John Travis vem identificado como ex-Inspector Chefe do FBI com 27 anos de experiência, investigador e autor. O mesmo se repete nas categorias “Testemunhas” e “Especialistas”, que nas Fontes Credíveis são devidamente identificadas como “Fontes da NORAD (Comando da Defesa Aérea Norte-Americana)” e “Instituto Nacional de Padrões e Tecnologia (NIST)”. Esta imprecisão também contribui para de, certa forma, descredibilizar as Fontes Duvidosas e aumentar o fosso para as Credíveis.

Convém sublinhar que, exceptuando as variações quanto ao Posicionamento e às Fontes Citadas, as informações transmitidas foram sempre as mesmas, em todos os textos. Todos os tipos de texto, desde o A ao F, começam com uma ligeira introdução,

passando depois para a análise de casos concretos comuns a todos, como 1) a possível existência de explosivos no interior do World Trade Center, responsáveis pelo desmoronamento, contrariando a versão do que o desmoronamento foi um resultado do simples impacto dos aviões; 2) o facto de não terem sido encontrados destroços significativos do avião que se diz ter embatido no Pentágono; 3) a dimensão do buraco na parede do Pentágono, bastante inferior ao diâmetro de um avião comercial. Todos os textos centram-se nestas 3 questões essenciais.

Importa acrescentar que a maioria das informações transmitidas corresponde, efectivamente, a argumentos disseminados em teorias da conspiração já existentes, não tendo sido “inventados” propositadamente para este estudo. Já o nome e funções de algumas fontes citadas, bem como alguns dados numéricos, são fictícios, por se considerar que tal não prejudica a realização do inquérito e a consequente obtenção de resultados.

Para finalizar, acrescente-se que foi seleccionada uma imagem para acompanhar todos os textos, supostamente incorporada na matéria jornalística da Newsweek. Tal imagem mostra a fachada destruída do Pentágono e o desenho de um avião, em que ressalta de imediato a conclusão de que os estragos não são consistentes (são muito pequenos) com o embate de um grande avião.



A legenda utilizada foi: “Os estragos visíveis no Pentágono não são consistentes com as dimensões de um avião comercial.” A finalidade da inclusão da imagem foi corroborar, de certa forma, a informação presente no texto, para além de ter como objectivo estabelecer uma ligação visual e imediata com o inquirido.

Posto isto, pode-se avançar para a análise do questionário em si.

Questionário:

Na verdade, o questionário divide-se em duas partes, a que podemos chamar de **Questionário 1** e **Questionário 2**. O questionário 1 foi o primeiro documento a ser apresentado aos alunos, mesmo antes do texto com o artigo da Newsweek. Para além de um cabeçalho explicativo – informando o inquirido sobre o âmbito em que o estudo se inseria – continha algumas perguntas de índole pessoal (sexo, idade, curso, ano e orientação política) e outras já relacionadas com o tema a explorar (quem considera que foram os autores do 11 de Setembro e grau de confiança na resposta).

Nesta fase, do questionário 1, os alunos não tinham ainda qualquer tipo de informação que pudesse influenciar a sua resposta sobre o tema e, refira-se mais uma vez, a expressão “teorias da conspiração” nunca foi usada. O objectivo essencial deste questionário 1 foi avaliar a percepção previamente formada pelos alunos sobre o 11 de Setembro.

Depois de responderem ao questionário 1, os alunos leram então o texto elaborado (variável entre o tipo A e o F), passando depois de ler o texto para a realização do questionário 2.

Este questionário 2 teve como finalidade avaliar até que ponto a leitura do texto teve efeitos sobre a opinião dos alunos acerca do 11 de Setembro, para além de permitir estabelecer uma comparação com os dados recolhidos, instantes antes, no questionário 1. As perguntas pretendiam, precisamente, avaliar a reacção ao texto em particular (credibilidade atribuída) e de que modo isso influenciou a percepção sobre o tema em geral (opinião sobre todo o 11 de Setembro). As perguntas inseridas foram: Após a leitura desde texto a sua percepção sobre o 11 de Setembro mudou? / A informação

presente no artigo apresentado oferece-lhe credibilidade? / Quais dos seguintes elementos considera serem mais credíveis? / Pretende confirmar posteriormente algum dos factos que lhe foram apresentados? / Recomendaria este artigo a alguém?

De referir que, quer no questionário 1, quer no questionário 2, os alunos dispuseram sempre de opções de resposta. Por exemplo, à pergunta “A informação presente no artigo apresentado oferece-lhe credibilidade?” correspondiam cinco opções de resposta, espalhadas numa escala de valores ímpar: Nenhuma, Pouca, Alguma, Muita, Toda. Outras respostas não estavam organizadas segundo uma escala, mas apenas enumeravam as opções possíveis. Por exemplo, à pergunta “Qual considera ser a sua orientação política?” correspondem quatro opções de resposta isoladas: Esquerda, Centro, Direita, Nenhuma.

De referir ainda que os alunos só poderiam assinalar uma das respostas, excepção feita à pergunta “Quais dos seguintes elementos considera serem mais credíveis?”, em que o aluno teve liberdade para escolher uma ou mais das seguintes opções: Imagem, Factos científicos apresentados, Fontes de informação referidas, Prestígio da publicação que assinou o artigo e Argumentos explanados pela jornalista.

(Ver totalidade dos textos, de A a F, bem como o questionário 1 e o questionário 2 em anexo).

3.2.2.2 Administração

A administração dos inquéritos decorreu durante o segundo semestre do ano lectivo 2009/10, na Faculdade de Letras da Universidade de Porto. Foram administrados 96 inquéritos em três ocasiões diferentes: numa primeira fase a alunos do primeiro ano do curso de Ciência da Informação; de seguida a alunos do primeiro ano de Ciências da Comunicação e Línguas Aplicadas; e por fim a alunos do segundo ano de Ciências da Comunicação. Assim, a administração dos inquéritos decorreu a três tempos. De acrescentar, contudo, que houve a preocupação de administrar um número equilibrado de inquéritos em cada uma destas fases. Ou seja, imaginemos que a turma de Ciência da Informação tinha 30 alunos. Dado que havia 6 versões diferentes dos textos (de A a F),

tentou-se que a cada versão correspondessem 5 alunos, de modo a que todas as versões tivessem um número igual (ou pelo menos semelhante) de inquéritos respondidos. O mesmo se aplicou às fases seguintes.

Todos os inqueridos foram administrados em situação de aula. Isto é, antes de uma determinada aula começar ou depois de acabar, com a devida autorização do docente da cadeira em questão. Pode assim dizer-se que os alunos responderam ao inquérito sob as mesmas condições, de modo a evitar que factores externos pudessem enviesar os resultados.

Antes da entrega dos questionários, que eram compostos por 4 páginas – uma para o questionário 1, duas para o texto, e uma última para o questionário 2 – quer o docente quer o inquiridor prestaram um ligeiro esclarecimento aos alunos, quer sobre o contexto da realização do questionário, quer sobre as condições de realização.

Quanto a este tópico, das condições de realização, convém esclarecer que a primeira folha do questionário (questionário 1) estava separada das seguintes (as três restantes estavam agrafadas), com o objectivo de ser recolhida de imediato. Ou seja, logo que respondesse ao questionário 1, o aluno foi instruído no sentido de o entregar ao inquiridor, passando só depois para a leitura do texto e consequente realização do questionário 2. Esta medida visou prevenir possíveis mudanças nas respostas, ou seja, impedir que os alunos, depois de lerem o texto, pudessem mudar alguma resposta previamente dada no questionário 1.

Convém ainda referir que foi pedido aos alunos o máximo de silêncio durante a realização do questionário, de modo a evitar a troca de opiniões entre si.

3.2.3 Resultados/Discussão

Após a recolha dos 96 inquéritos – 16 de cada tipo, isto é, correspondente a cada uma das seis versões criadas – passou-se para a sua análise. Dois dos inquéritos foram considerados inválidos, por terem erros graves no seu preenchimento que inviabilizaram a correcta análise dos resultados. Um terceiro, ainda que viável, foi excluído por opção,

pois desviava-se demasiado da média verificada em termos de idade – o estudante em questão tinha 50 anos, número bastante superior às outras idades registadas. Assim, restaram 93 inquéritos válidos e são esses que entram nesta análise.

3.2.3.1 Variáveis Individuais

Passemos, então, à análise dos resultados, começando pelos dados recolhidos no questionário 1. Importa, antes de mais, analisar a correspondência entre os inquéritos recolhidos e a respectiva versão. O quadro seguinte ilustra tal cenário.

Tabela 1 – Distribuição dos participantes segundo a versão dos textos (frequência e percentagem)

		Frequência	%
Versão	A	16	17,2
	B	16	17,2
	C	16	17,2
	D	16	17,2
	E	16	17,2
	F	13	14,0
	Total	93	100,0

Há assim um equilíbrio no que diz respeito às versões. Apenas a versão F surge ligeiramente desfalcada comparativamente com as restantes, devido ao facto de 3 dos seus inquéritos terem sido considerados inválidos.

Quanto à variável “Sexo”, mostrou-se impossível a escolha de dados junto de uma amostra equilibrada nesse aspecto, uma vez que o número de estudantes do sexo feminino é consideravelmente superior ao número do sexo masculino na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Os resultados comprovam-no:

Tabela 2 – Distribuição dos participantes segundo o sexo (frequência e percentagem)

		Frequência	%
Sexo	Feminino	70	75,3
	Masculino	23	24,7
	Total	93	100,0

Os resultados respeitantes à variável “Idade” foram de encontro às expectativas, com a esmagadora maioria dos estudantes a terem 18 ou 19 anos, a idade esperada para estudantes do 1.º e 2.º ano.

Tabela 3 – Distribuição dos participantes segundo a idade (frequência e percentagem)

		Frequência	%
	18-19	68	73,2
	20-24	22	23,7
	25 ou mais	3	3,3
	Total	93	100,0

Quanto aos cursos que estiveram sob análise, também se verificam algumas disparidades, com a maioria dos estudantes a pertencerem à licenciatura de Ciências da Comunicação, o curso que anualmente recebe mais alunos.

Tabela 4 – Distribuição dos participantes segundo o curso (frequência e percentagem)

		Frequência	%
Curso	Ciência da Informação e outros	40	43
	Ciências da Comunicação	53	57
	Total	93	100,0

Tabela 5 – Distribuição dos participantes segundo o ano (frequência e percentagem)

		Frequência	%
Ano	1	73	78,5
	2	19	20,4
	Total	92	98,9

Depois das perguntas de índole pessoal, que servem sobretudo para conhecer a amostra, passamos para as perguntas que estão directamente relacionadas com o tema em questão. Aqui começa-se a recolher os dados verdadeiramente significativos para o estudo.

A primeira questão a ser colocada neste contexto foi: “Quem considera que foi/foram o(s) autor(es) do 11 de Setembro?” Aqui pretende-se observar qual a opinião previamente formada pelos estudantes sobre este assunto. Os resultados foram esclarecedores, com 77,4 % a acreditarem que foi a Al Qaeda a autora dos atentados. Apenas 14 estudantes acreditavam ter sido os Serviços Secretos Americanos os autores, ou seja, apenas esses acreditavam na teoria da conspiração.

Tabela 6 – Distribuição dos participantes segundo a sua escolha dos autores dos atentados (frequência e percentagem)

		Frequência	%
Autores	Al Qaeda	72	77,4
	Serviços Secretos Americanos	14	15,1
	Outros não identificados	7	7,5
	Total	93	100,0

A questão que se seguiu pretendeu avaliar o grau de confiança com que o indivíduo respondeu a esta questão, ou seja, escolheu os autores.

Tabela 7 – Distribuição dos participantes segundo o grau de confiança com que escolheram os autores dos atentados (frequência e percentagem)

	Frequência	%
Convicto	15	16,1
Com segurança	38	40,9
Com algumas dúvidas	33	35,5
Com muitas dúvidas	6	6,5
Nada convicto	1	1,1
Total	93	100,0

A maioria dos estudantes (40,9 %) afirmou ter respondido com segurança, seguindo-se a categoria “Com algumas dúvidas” e depois a categoria “Convicto”. Apesar de todas as opções terem obtido respostas, de sublinhar que mais de metade dos alunos afirmou ter respondido com segurança ou até mesmo de forma convicta.

O questionário 1 termina com mais uma questão de carácter pessoal, desta feita relacionada com a orientação política dos inquiridos. A razão de ser desta questão prende-se com a intenção de, posteriormente, cruzar esta variável com outras, de modo a verificar se as pessoas com determinada orientação política são mais ou menos propensas a consumir e a acreditar em teorias da conspiração. A maioria dos inquiridos diz não ter qualquer orientação política. Dos que têm, a inclinação pende para a esquerda.

Tabela 8 – Distribuição dos participantes segundo a sua orientação política (frequência e percentagem)

		Frequência	%
Orientação	Esquerda	28	30,1
	Centro	17	18,3
	Direita	14	15,1
	Nenhuma	34	36,6
	Total	93	100,0

Estas foram as variáveis presentes no questionário 1.

Após a leitura do texto, novas perguntas foram feitas, no chamado questionário 2. Aqui começam a recolher-se os dados mais concretos e aqueles directamente relacionados com os textos (de A a F) elaborados propositadamente para o estudo.

A primeira pergunta do questionário 2 foi a mais óbvia: “Após a leitura deste texto a sua percepção sobre o 11 de Setembro mudou?” Esta acaba por ser uma das perguntas fulcrais do questionário, pois assume-se como aquela que permitirá avaliar os efeitos da leitura do texto sobre o inquirido.

Eis os resultados.

Tabela 9 – Distribuição dos alunos segundo o grau da sua mudança de percepção sobre o 11 de Setembro após a leitura dos textos (frequência e percentagem)

		Frequência	%
Número	Nada ou Pouco	56	60,2
	Razoavelmente	27	29,0
	Muito ou Completamente	10	10,8
	Total	93	100,0

Como se verifica, as opções “Pouco” ou “Nada” foram aquelas mais escolhidas pelos alunos (37,6 %), seguidas de “Razoavelmente” (29 %). As opções “Muito” e “Completamente” foram as menos assinaladas, sendo que as duas juntas nem sequer 11 % das respostas obtiveram. Ou seja, houve alguma relutância dos estudantes em mudar de percepção.

De seguida interrogou-se o aluno acerca da credibilidade que atribuiu ao texto que acabou de ler. Como se observa na tabela 10, quase 60 % dos alunos assinalou a opção intermédia – “Alguma” – ficando 16 alunos abaixo desse grau (“Pouca” ou “Nenhuma”) e 22 acima (“Muita” ou “Toda”).

Tabela 10 – Distribuição dos estudantes segundo a credibilidade atribuída ao artigo (frequência e percentagem)

		Frequência	%
Credibilidade	Nenhuma ou Pouca	16	17,2
	Alguma	55	59,1
	Muita ou Toda	22	23,6
	Total	93	100,0

A questão seguinte prende-se com a importância relativa que cada estudante atribuiu aos elementos presentes no texto. Identificaram-se cinco “elementos de credibilidade”, pretendendo-se avaliar quais aqueles que contribuíram para aumentar a credibilidade do texto. Os estudantes podiam escolher um ou mais dos seguintes elementos: “Imagem” (a da fachada destruída do Pentágono com as dimensões de um avião comercial desenhadas a vermelho), “Factos científicos apresentados” (por exemplo, ser impossível um avião fazer uma curva de 330 graus a 530 milhas por hora, descendo 2300 metros em 2 minutos), “Fontes de informação referidas” (desde testemunhas a especialistas), “Prestígio da publicação que assinou o artigo” (neste caso a revista Newsweek) e “Argumentos explanados pela jornalista” (Sarah O'Neill, editora da Newsweek Internacional e autora de vários artigos publicados).

Tabela 11 – Distribuição dos participantes segundo os elementos do texto que consideraram ser mais credíveis (frequência)

		Frequência
Elementos	Imagem	13
	Factos científicos	69
	Fontes de informação	30
	Prestígio da publicação	15
	Argumentos da jornalista	15
	Total	142
Total		93

A opção “Factos científicos apresentados” foi a que reuniu maior consenso, tendo obtido 69 respostas num universo de 93 alunos. Todas as restantes opções ficaram significativamente abaixo, ainda que a opção “Fontes de informação” tivesse sido assinalada por 30 estudantes. Curiosamente, a “Imagem” foi a menos votada.

De seguida, perguntou-se aos estudantes se era sua intenção confirmar posteriormente algum dos dados que haviam lido, de modo a avaliar até que ponto o inquirido seria “cuidadoso” no tratamento da informação que acabara de receber, antes de mudar a sua opinião apenas baseado num único artigo.

Tabela 12 – Distribuição dos participantes segundo a intenção de confirmar as informações posteriormente (frequência e percentagem)

		Frequência	%
Confirmar	Sim	26	28,0
	Não	16	17,2
	Talvez	51	54,8
	Total	93	100,0

A maioria dos estudantes não conseguiu responder efectivamente à questão, escolhendo a opção “Talvez”. Ainda assim, de registar que são mais aqueles que pretendem confirmar a informação (26) do que aqueles que não pretendem fazê-lo (16).

O questionário termina com a questão: “Recomendaria este artigo a alguém?” Apesar de haver 4 possibilidades de resposta, apenas 3 foram assinaladas pelo menos uma vez (tabela 13). As 4 opções de resposta eram as seguintes:

- Sim, porque a informação é consistente e pouco difundida.
- Sim, pois as pessoas devem reunir o máximo de informação possível sobre um acontecimento controverso como este, analisando-o de vários ângulos.
- Não, pois é propaganda anti-americana.
- Não, pois a informação é duvidosa e só aumenta a paranóia.

A segunda opção reuniu a esmagadora maioria da preferência (87,1 %) dos inquiridos, sendo que a opção “Não, pois é propaganda anti-americana” não foi escolhida por nenhum estudante.

Fazendo uma análise apenas entre o “Sim” e o “Não”, concluiu-se que, independentemente dos motivos, 91,4 % dos estudantes recomendaria o artigo a alguém, e apenas 8,6 % não o faria.

Tabela 13 – Distribuição dos participantes segundo a sua disponibilidade para recomendar o artigo a alguém e as razões para tal (frequência e percentagem)

		Frequência	%
Recomenda	Sim, pois a informação é consistente	4	4,3
	Sim, para analisar o tema de vários ângulos	81	87,1
	Não, aumenta a paranóia	8	8,6
	Total	93	100,0

3.2.3.2 A importância das fontes e posicionamento na força das teorias da conspiração

Depois da contabilização dos dados e análise simples dos resultados, importa agora cruzar as variáveis para daí retirar algumas ilações.

Conforme foi referido anteriormente, nesta fase o objectivo é analisar de que forma o posicionamento da notícia (neutro ou alinhado) e a fonte da informação (sem fontes, fontes credíveis ou fontes duvidosas) afectaram a credibilidades percebida pelos inquiridos, bem como a atitude perante a teoria da conspiração. Procuramos igualmente perceber se o nível de literacia dos sujeitos afecta o valor atribuído a estas dimensões. Colocamos a hipótese de que os alunos de Ciências da Comunicação, em resultado da sua formação, deveriam possuir maiores níveis de literacia e logo ser mais

sensíveis aos factores de posicionamento neutro e fontes credíveis.

Convém, antes de mais, relembrar as características que diferenciam as versões apresentadas aos alunos:

Versão A: Posicionamento Alinhado e Sem Fontes

Versão B: Posicionamento Alinhado e Fontes Duvidosas

Versão C: Posicionamento Alinhado e Fontes Credíveis

Versão D: Posicionamento Neutro e Sem Fontes

Versão E: Posicionamento Neutro e Fontes Duvidosas

Versão F: Posicionamento Neutro e Fontes Credíveis

A variável “Versão” permite analisar as diferenças nos resultados tendo em conta as duas dimensões que variaram: as fontes de informação utilizadas e o posicionamento do jornalista. Porém, importa isolar estas duas dimensões, procedendo a uma análise individualizada de cada uma.

Neste cenário, é possível fazer agrupamentos entre as versões. No que diz respeito às fontes de informação, as versões A e D formam o grupo “Sem Fontes”; as versões B e E o grupo “Fontes Duvidosas”; e as versões C e F o grupo “Fontes Credíveis”.

Quanto à dimensão Posicionamento, podem dividir-se as versões em dois grupos: as versões A, B e C pertencem ao grupo “Alinhado” e as versões D, E e F ao grupo “Neutro”. Com as devidas divisões feitas, é possível cruzar estas variáveis, isoladamente, com outras.

Desde logo, cruzando as diferentes fontes de informação com a mudança de percepção após a leitura do texto.

Tabela 14 – Mudança de percepção de acordo com o tipo de fonte apresentada (frequência e percentagem)

			Fontes			
			Sem Fontes	Fontes Duvidosas	Fontes Credíveis	Total
Mudança	Pouco/Nada	Frequência	19	20	17	56
		%	59,4%	62,5%	58,6%	60,2%
	Razoavelmente	Frequência	11	8	8	27
		%	34,4%	25,0%	27,6%	29,0%
	Muito/Completamente	Frequência	2	4	4	10
		%	6,3%	12,5%	13,8%	10,8%
	Total	Frequência	32	32	29	93
		%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Apesar de haver uma acentuada diferença nas fontes de informações citadas, os alunos mudaram a sua percepção sobre o 11 de Setembro sensivelmente na mesma medida em todos os tipos de fontes, o que é indicativo de que esse aspecto não afectou de maneira significativa a forma como os estudantes perceberam os textos.

Fazendo agora o mesmo exercício para a variável posicionamento.

Tabela 15 – Mudança de percepção de acordo com o tipo de posicionamento do jornalista (frequência e percentagem)

			Posicionamento		
			Alinhado	Neutro	Total
Mudança	Pouco/Nada	Frequência	26	30	56
		%	54,2%	66,7%	60,2%
	Razoavelmente	Frequência	16	11	27
		%	33,3%	24,4%	29,0%
	Muito/Completamente	Frequência	6	4	10
		%	12,5%	8,9%	10,8%
	Total	Frequência	48	45	93
		%	100,0%	100,0%	100,0%

Quer os textos de posicionamento alinhado (jornalista em tom parcial), quer os textos de posicionamento neutro (jornalista imparcial) tiveram semelhantes resultados quando questionados os estudantes sobre a mudança da sua percepção sobre o 11 de Setembro após a leitura dos textos. Ou seja, esta dimensão foi subvalorizada pelos inquiridos. Aliás, é surpreendente verificar que foram as versões com o discurso alinhado que obtiveram mais respostas “Muito/Completamente”.

Quando se passa para a credibilidade que os inquiridos atribuíram ao artigo, os resultados já sofrem algumas variações, à luz do tipo de fonte e posicionamento apresentados.

Tabela 16 – Credibilidade atribuída ao artigo de acordo com o tipo de fonte apresentada (frequência e percentagem)

			Fontes			
			Sem Fontes	Fontes Duvidosas	Fontes Credíveis	Total
Credibilidade	Pouca/Nenhuma	Frequência	4	5	7	16
		%	12,5%	15,6%	24,1%	17,2%
	Alguma	Frequência	20	20	15	55
		%	62,5%	62,5%	51,7%	59,1%
	Muita/Toda	Frequência	8	7	7	22
		%	25,0%	21,9%	24,1%	23,7%
	Total	Frequência	32	32	29	93
		%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Apesar dos resultados continuarem a ser semelhantes, é surpreendente constatar que é nos textos em que as fontes citadas são consideradas credíveis que há mais inquiridos que escolheram a opção “Pouca” ou “Nenhuma” para classificar a credibilidade do artigo (24,1%, face aos 12,5 e 15,6 que os textos Sem Fontes ou com Fontes Duvidosas obtiveram nessas opções). Não obstante, não se registam variações significativas entre as diferentes versões.

Na dimensão posicionamento a linha das respostas mantém-se, com os resultados a serem idênticos.

Tabela 17 – Credibilidade atribuída ao artigo de acordo com o tipo de posicionamento do jornalista (frequência e percentagem)

			Posicionamento		
			Alinhado	Neutro	Total
Credibilidade	Pouca/Nenhuma	Frequência	10	6	16
		%	20,8%	13,3%	17,2%
	Alguma	Frequência	25	30	55
		%	52,1%	66,7%	59,1%
	Muita/Toda	Frequência	13	9	22
		%	27,1%	20,0%	23,7%
	Total	Frequência	48	45	93
		%	100,0%	100,0%	100,0%

Quer o jornalista tenha um discurso alinhado – explanando apenas argumentos favoráveis à teoria da conspiração em causa e assumindo uma posição parcial – quer tenha um discurso neutro – imparcial, explanando argumentos favoráveis e desfavoráveis à teoria da conspiração – as respostas apresentadas foram muito semelhantes quanto à credibilidade oferecida pelo artigo. Para ambos os posicionamentos, a opção intermédia (“Alguma”) reúne a maioria absoluta das respostas. Preocupante é o facto de 13 inquiridos terem atribuído “Muita” ou “Toda” a credibilidade a artigos cujo posicionamento do jornalista é alinhado, o que dá sinais de alguma falta de literacia mediática.

De seguida, fazendo a análise da intenção dos inquiridos em confirmar a informação posteriormente, à luz das dimensões em questão. Começando pelas fontes de informação.

Sedução e Resistência a partir da Literacia Mediática**Tabela 18 – Intenção de confirmar as informações posteriormente de acordo com o tipo de fonte apresentada (frequência e percentagem)**

			Fontes			
			Sem Fontes	Fontes Duvidosas	Fontes Credíveis	Total
Confirmar informações posteriormente	Sim	Frequência	11	9	6	26
		%	34,4%	28,1%	20,7%	28,0%
	Não	Frequência	4	7	5	16
		%	12,5%	21,9%	17,2%	17,2%
	Talvez	Frequência	17	16	18	51
		%	53,1%	50,0%	62,1%	54,8%
Total	Frequência		32	32	29	93
	%		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Verifica-se que os alunos que ficaram com versões “Sem Fontes” e “Fontes Duvidosas” apresentam em maior número intenções de confirmar as informações lidas posteriormente do que aqueles que leram versões com “Fontes Credíveis”. Tal tem a sua lógica, uma vez que os textos com fontes credíveis são mais confiáveis e, à partida, suscitaram menos desconfiança nos inquiridos.

Tabela 19 – Intenção de confirmar as informações posteriormente de acordo com o tipo de posicionamento do jornalista (frequência e percentagem)

			Posicionamento		
			Alinhado	Neutro	Total
Confirmar informações posteriormente	Sim	Frequência	14	12	26
		%	29,2%	26,7%	28,0%
	Não	Frequência	9	7	16
		%	18,8%	15,6%	17,2%
	Talvez	Frequência	25	26	51
		%	52,1%	57,8%	54,8%
Total	Frequência		48	45	93
	%		100,0%	100,0%	100,0%

Neste caso (tabela 19), quando se analisam-se as intenções dos inquiridos em confirmar as informações à luz do posicionamento do jornalista nos respectivos textos, também não se registam variações significativas, o que indica que os inquiridos não atribuíram muita importância ao posicionamento do jornalista.

Passando para a análise das respostas à pergunta “Recomenda este artigo a alguém?”, constata-se que o “Sim” reuniu a esmagadora maioria das respostas, mas, uma vez mais, em número semelhante em todas as versões.

Tabela 20 – Disponibilidade para recomendar o artigo a alguém segundo o tipo de fonte apresentada (frequência e percentagem)

		Fontes				
		Sem Fontes	Fontes Duvidosas	Fontes Credíveis	Total	
Recomenda artigo a alguém	Sim, pois a informação é consistente	Frequência	0	3	1	4
		%	0%	9,4%	3,4%	4,3%
	Sim, para analisar tema de vários ângulos	Frequência	30	26	25	81
		%	93,8%	81,3%	86,2%	87,1%
	Não, aumenta a paranóia	Frequência	2	3	3	8
		%	6,3%	9,4%	10,3%	8,6%
Total		Frequência	32	32	29	93
		%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Regra geral, os alunos recomendam o artigo. Mesmo nos textos em que as fontes são duvidosas, 90,7 % dos inquiridos atribuiu ao artigo credibilidade suficiente para este ser útil a outra pessoa. Ou seja, independentemente das fontes serem fidedignas ou não, os inquiridos consideram os artigos recomendáveis, o que é preocupante.

Quando é o posicionamento do jornalista que varia, a tendência mantém-se.

Tabela 21 – Disponibilidade para recomendar o artigo a alguém segundo o tipo de posicionamento do jornalista (frequência e percentagem)

			Posicionamento		
			Alinhado	Neutro	Total
Recomenda artigo a alguém	Sim, pois a informação é consistente	Frequência	1	3	4
		%	2,1%	6,7%	4,3%
	Sim, para analisar tema de vários ângulos	Frequência	43	38	81
		%	89,6%	84,4%	87,1%
	Não, aumenta a paranóia	Frequência	4	4	8
		%	8,3%	8,9%	8,6%
Total	Frequência		48	45	93
	%		100,0%	100,0%	100,0%

A esmagadora maioria dos inquiridos recomendaria o artigo a alguém, independentemente do relato do jornalista ser parcial ou imparcial. Com efeito, para ambos os posicionamentos verifica-se uma disponibilidade clara dos indivíduos para recomendar o artigo – só 8,3 % dos inquiridos respondeu “Não” nos textos alinhados, e 8,9 nos textos neutros, valores reduzidos e muito semelhantes – o que contraia o que seria expectável neste cenário: que os textos de posicionamento alinhado fossem menos recomendados pelos estudantes

Por fim, resta analisar quais os elementos nos textos que os inquiridos consideraram ser mais credíveis. Dada a similaridade nos resultados, a análise pode ser feita quanto às diferentes versões, sem isolar as dimensões fontes de informação e posicionamento do jornalista.

Os resultados (tabela 22) revelam unanimidade, com os estudantes a considerarem que os “Factos Científicos” são os elementos mais credíveis do artigo, enquanto a “Imagem” é o menos influente. Constata-se que não há variações significativas nos resultados de versão para versão. É sobretudo curioso verificar que não há diferenças substanciais na opinião dos estudantes quanto ao elemento “Fontes de informação”, apesar desta ser uma variável em estudo e existirem nos textos diferenças

acentuadas a este nível (recorde-se que as versões A e D não citam fontes, as versões B e E citam fontes duvidosas e as versões C e F citam fontes credíveis). Não deixa de ser surpreendente que, de todas as versões, seja a E (cujas fontes são duvidosas) aquela que mais respostas obteve na opção “Fontes de Informação” como elemento de credibilidade.

Tabela 22 – Elementos do texto considerados mais credíveis de acordo com a versão do artigo (frequência)

		Elementos mais credíveis					
		Imagem	Factos científicos	Fontes de informação	Prestígio da publicação	Argumentos da jornalista	Total
Versão	A	1	11	4	7	4	27
	B	4	12	5	2	0	23
	C	3	13	4	2	2	24
	D	3	11	5	1	2	22
	E	2	13	7	2	1	25
	F	0	9	5	1	6	21
Total		13	69	30	15	15	142

Pelo lado positivo, há a destacar o facto de os argumentos do jornalista terem sido considerados credíveis em maior medida na versão F (6 respostas assinaladas), que, recorde-se, corresponde a um texto escrito em tom neutro. Em sentido inverso, foi na versão A que foi atribuída maior credibilidade à publicação (7) em questão, a Newsweek, apesar de nesse texto o posicionamento adoptado pelo jornalista ser alinhado e não se citarem quaisquer fontes de informação, o que deveria descredibilizar a revista.

Diferenças entre cursos?

Ainda que a análise dos resultados à luz da variável “Versão” – fontes de informação e posicionamento do jornalista – seja o núcleo deste estudo, considerou-se também interessante analisar os resultados para outras variáveis independentes, como “Sexo”, “Curso”, “Orientação política”, “Autores” e “Grau de confiança na resposta”. Todas estas variáveis independentes (do questionário 1) foram cruzadas com todas as variáveis dependentes (questionário 2), bem como algumas independentes entre si (caso de “Sexo” com “Autores”), mas para evitar uma análise exaustiva apenas se procederá à análise daquelas que obtiveram resultados mais significativos.

Começando pelo “Curso”, esta é uma variável interessante de analisar, na medida em através dela será possível indagar se as diferentes áreas de formação e de interesse correspondem diferentes graus de literacia mediática. Neste caso concreto, a comparação será feita entre os alunos de Ciências da Comunicação (jornalismo) e os da Ciência da Informação. Estando os alunos de Ciências da Comunicação na área em questão, é expectável que tenham maiores cuidados no consumo de informação, até porque receberam maior educação para a média do que os outros alunos. Assim, espera-se que sejam mais sensíveis às fontes credíveis e posicionamento neutro.

Tabela 23 – Mudança de percepção segundo o curso (frequência e percentagem)

		Curso			
		Ciência da Informação e	Ciências da	Total	
		outros	Comunicação		
Mudança	Pouco/Nada	Frequência	22	34	56
		%	55,0%	64,2%	60,2%
	Razoavelmente	Frequência	13	14	27
		%	32,5%	26,4%	29,0%
	Muito/Completamente	Frequência	5	5	10
		%	12,5%	9,4%	10,8%
Total		Frequência	40	53	93
		%	100,0%	100,0%	100,0%

Os alunos de Ciências da Comunicação não ofereceram maior resistência às teorias da conspiração, mudando de percepção sensivelmente na mesma medida que os outros. Ainda assim, há que ressaltar que escolheram mais vezes as opções “Nada” e “Pouco” do que os restantes alunos quanto à mudança de percepção, ainda que a diferença não seja muito acentuada.

Quanto à credibilidade atribuída ao artigo, os resultados obtidos também não registam variações significativas.

Tabela 24 – Credibilidade atribuída ao artigo segundo o curso (frequência e percentagem)

		Curso			
		Ciência da Informação e	Ciências da	Total	
		outros	Comunicação		
Credibilidade	Pouca/Nenhuma	Frequência	11	5	16
		%	27,5%	9,4%	17,2%
	Alguma	Frequência	21	34	55
		%	52,5%	64,2%	59,1%
	Muita/Toda	Frequência	8	14	22
		%	20,0%	26,4%	23,7%
Total	Frequência		40	53	93
	%		100,0%	100,0%	100,0%

Aqui os resultados são curiosos, pois contrariam o esperado. Os alunos de Ciências da Comunicação, regra geral, atribuem maior credibilidade aos textos do que os de Ciência da Informação. São 11 os alunos de Ciência da Informação que atribuem “Pouca” ou “Nenhuma” credibilidade ao artigo, enquanto apenas 5 de Ciências da Comunicação deram essas respostas (proporção de 27,5 % para 9,4 %). Os de Ciências da Comunicação também responderam mais vezes “Muita” ou “Toda”, o que causa alguma surpresa.

Nas restantes variáveis, como “Credibilidade atribuída ao artigo” ou intenção de “Confirmar a informação posteriormente”, também se constata que os resultados são semelhantes quando analisados à luz dos diferentes cursos. Como tal, é possível avançar, denotando-se algumas diferenças significativas quando se analisa os “Elementos mais credíveis”, quadro que se segue.

Tabela 25 – Elementos considerados mais credíveis segundo o curso (frequência)

			Elementos mais credíveis				
			Imagem	Factos científicos	Fontes de informação	Prestígio da publicação	Argumentos da jornalista
Curso	Ciência da Informação e outros	Frequência	7	29	13	3	12
	Ciências da Comunicação	Frequência	6	40	17	12	3
Total		Frequência	13	69	30	15	15

Ainda que a opção “Factos científicos” seja a mais escolhida, independentemente do curso, verifica-se que os estudantes de Ciência da Comunicação atribuíram especial atenção à publicação que assinou o artigo: 12 alunos consideraram a revista Newsweek credível (“Prestígio da Publicação”), ao passo que esse elemento passou despercebido aos restantes alunos (3). Tal pode dever-se ao facto de este tipo de matéria estar estreitamente relacionada com o curso de Ciência da Comunicação, cuja base é o jornalismo.

De seguida, individualizou-se a análise dos cursos, cruzando os resultados de estudantes de um único curso com outras variáveis. Aqui é possível comparar as diferenças entre os cursos de forma mais detalhada e separadamente.

Começando por analisar a mudança de percepção que os artigos com diferentes fontes provocaram nos alunos de Ciência da Informação. Na análise agrega-se o curso de Ciência da Informação com outros, considerados residuais.

Tabela 26 – Mudança de percepção dos alunos de Ciência da Informação de acordo com o tipo de fonte apresentada (frequência e percentagem)

			Fontes			
			Sem Fontes	Fontes Duvidosas	Fontes Credíveis	Total
Mudança	Pouco/nada	Frequência	8	7	7	22
		%	66,7%	63,6%	41,2%	55,0%
	Razoavelmente	Frequência	3	3	7	13
		%	25,0%	27,3%	41,2%	32,5%
	Muito/Completamente	Frequência	1	1	3	5
		%	8,3%	9,1%	17,6%	12,5%
	Total	Frequência	12	11	17	40
		%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Segue-se a mesma análise, mas desta feita para os alunos de Ciências da Comunicação.

Tabela 27 - Mudança de percepção dos alunos de Ciências da Comunicação de acordo com o tipo de fonte apresentada (frequência e percentagem)

			Fontes			
			Sem Fontes	Fontes Duvidosas	Fontes Credíveis	Total
Mudança	Pouco/Nada	Frequência	11	13	10	34
		%	55,0%	61,9%	83,3%	64,2%
	Razoavelmente	Frequência	8	5	1	14
		%	40,0%	23,8%	8,3%	26,4%
	Muito/Completamente	Frequência	1	3	1	5
		%	5,0%	14,3%	8,3%	9,4%
	Total	Frequência	20	21	12	53
		%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Ainda que na generalidade os resultados sejam semelhantes para ambos os cursos, após uma comparação detalhada constata-se algo surpreendente: Os alunos de Ciência da Comunicação mostram-se mais resistentes em mudar de percepção quando as fontes são credíveis. Com efeito, 83,3 % dos inquiridos que receberam versões com fontes credíveis afirmou que a sua percepção mudou “Pouco” ou “Nada”, um número muito elevado, sobretudo quando comparado com os 41,2 % dos estudantes de Ciência da Informação nas mesmas condições, e quando comparado com os 55 % e 61,9 % que as opções “Nada” e “Pouco” quantificaram quando as versões eram “sem Fontes” e com “Fontes Duvidosas” nos textos de Ciências da Comunicação. Ou seja, no curso de Ciências da Comunicação houve mais pessoas imunes à teoria da conspiração quando as fontes eram credíveis do que quando as fontes eram duvidosas ou inexistentes. Em conclusão, os inquiridos de Ciências da Informação registaram uma mudança mais acentuada de percepção quando as fontes são credíveis – 58,8 % disse ter mudado Razoavelmente, Muito ou Completamente de opinião neste cenário -, o que, ao contrário do esperado, não se verifica nos de Ciência da Comunicação.

Passando para a mesma análise mas face ao posicionamento do jornalista.

Tabela 28 – Mudança de percepção dos alunos de Ciência da Informação de acordo com o tipo de posicionamento do jornalista (frequência e percentagem)

			Posicionamento		
			Alinhado	Neutro	Total
Mudança	Pouco/nada	Frequência	8	14	22
		%	42,1%	66,7%	55,0%
	Razoavelmente	Frequência	8	5	13
		%	42,1%	23,8%	32,5%
	Muito/Completamente	Frequência	3	2	5
		%	15,8%	9,5%	12,5%
	Total	Frequência	19	21	40
		%	100,0%	100,0%	100,0%

Sedução e Resistência a partir da Literacia Mediática

Tabela 29 – Mudança de percepção dos alunos de Ciências da Comunicação de acordo com o tipo de posicionamento do jornalista (frequência e percentagem)

			Posicionamento		
			Alinhado	Neutro	Total
Mudança	Pouco/Nada	Frequência	18	16	34
		%	62,1%	66,7%	64,2%
	Razoavelmente	Frequência	8	6	14
		%	27,6%	25,0%	26,4%
	Muito/Completamente	Frequência	3	2	5
		%	10,3%	8,3%	9,4%
Total		Frequência	29	24	53
		%	100,0%	100,0%	100,0%

Nesta análise, também não se registam grandes diferenças entre os cursos, ainda que os estudantes de Comunicação se mostrem mais imunes às teorias da conspiração quando o posicionamento do jornalista é alinhado (62,1 % respondeu “Nada” ou “Pouco”), em comparação com os de Ciência da Informação (42,1%), o que é positivo.

Segue-se a análise da credibilidade atribuída pelos alunos dos diferentes cursos.

Tabela 30 – Credibilidade atribuída ao artigo pelos alunos de Ciência da Informação de acordo com o tipo de fonte apresentada (frequência e percentagem)

			Fontes			
			Sem Fontes	Fontes Duvidosas	Fontes Credíveis	Total
Credibilidade	Pouca/Nenhuma	Frequência	1	5	5	11
		%	8,3%	45,5%	29,4%	27,5%
	Alguma	Frequência	7	5	9	21
		%	58,3%	45,5%	52,9%	52,5%
	Muita/Toda	Frequência	4	1	3	8
		%	33,3%	9,1%	17,6%	20,0%
Total		Frequência	12	11	17	40
		%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 31 – Credibilidade atribuída ao artigo pelos alunos de Ciências da Comunicação de acordo com o tipo de fonte apresentada (frequência e percentagem)

		Fontes			
		Sem Fontes	Fontes Duvidosas	Fontes Credíveis	Total
Pouca/Nenhuma	Frequência	3	0	2	5
	%	15,0%	0%	16,7%	9,4%
Alguma	Frequência	13	15	6	34
	%	65,0%	71,4%	50,0%	64,2%
Muita/Toda	Frequência	4	6	4	14
	%	20,0%	28,6%	33,3%	26,4%
Total	Frequência	20	21	12	53
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Quando se analisa a credibilidade que os alunos, de ambos os cursos, atribuem aos textos quando em contacto com diferentes fontes de informação, verifica-se que não há diferenças significativas. Em ambos os cursos a credibilidade atribuída é semelhante. Ainda assim, é surpreendente verificar que os textos de fontes duvidosas parecem mais credíveis aos alunos de Ciências da Comunicação (nenhum atribuiu pouca ou nenhuma credibilidade) do que aos de Ciência da Informação (45,5% atribuiu “Pouca” ou “Nenhuma” credibilidade).

Quando são os posicionamentos que variam, as conclusões mantêm-se. Conforme as tabelas 32 e 33 indicam, quando é o posicionamento que varia, é possível verificar que os estudantes de Ciência da Comunicação atribuem, em comparação com os de Ciência da Informação, maior credibilidade aos textos de alinhamento neutro. Nenhum estudante de Ciências da Comunicação atribui “Pouca” ou “Nenhuma” credibilidade aos textos de posicionamento neutro e 29,2 % atribui “Muita” ou “Toda” a credibilidade a estes textos. Já no curso de Ciência da Informação, 28,6 % dos inquiridos afirma que os textos de posicionamento neutro têm “Pouca” ou “Nenhuma” credibilidade e apenas 9,5 % atribui “Muita” ou “Toda”. Na mesma linha, 31,6 % dos estudantes do curso de Ciência da Informação atribui “Muita” ou “Toda” a credibilidade aos textos de posicionamento alinhado, mais do que os 24,1 % do curso de Ciências da

Comunicação para o mesmo cenário. Ou seja, aos alunos de Ciências da Comunicação, talvez por serem futuros jornalistas, mostraram-se sensíveis ao posicionamento neutro.

Tabela 32 – Credibilidade atribuída ao artigo pelos alunos de Ciência da Informação de acordo com o tipo de posicionamento do jornalista (frequência e percentagem)

			Posicionamento		
			Alinhado	Neutro	Total
Credibilidade	Pouca/Nenhuma	Frequência	5	6	11
		%	26,3%	28,6%	27,5%
	Alguma	Frequência	8	13	21
		%	42,1%	61,9%	52,5%
	Muita/Toda	Frequência	6	2	8
		%	31,6%	9,5%	20,0%
	Total	Frequência	19	21	40
		%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 33 – Credibilidade atribuída ao artigo pelos alunos de Ciências da Comunicação de acordo com o tipo de posicionamento do jornalista (frequência e percentagem)

			Posicionamento		
			Alinhado	Neutro	Total
Credibilidade	Pouca/Nenhuma	Frequência	5	0	5
		%	17,2%	0%	9,4%
	Alguma	Frequência	17	17	34
		%	58,6%	70,8%	64,2%
	Muita/Toda	Frequência	7	7	14
		%	24,1%	29,2%	26,4%
	Total	Frequência	29	24	53
		%	100,0%	100,0%	100,0%

Outras análises

Depois da análise das principais variáveis, é possível cruzar outras variáveis, de modo a retirar outras conclusões.

A investigação vem demonstrando que existem diferenças de género nos processos gerais de literacia. Neste sentido, analisamos as diferenças entre o sexo masculino e feminino numa série de dimensões.

Tabela 34 – Escolha dos autores dos atentados segundo o sexo (frequência e percentagem)

			Sexo		Total
			Feminino	Masculino	
Quem acha que foram os autores	Al Qaeda	Frequência	58	14	72
		%	82,9%	60,9%	77,4%
	Serviços Secretos Americanos	Frequência	8	6	14
		%	11,4%	26,1%	15,1%
	Outros não identificados	Frequência	4	3	7
		%	5,7%	13,0%	7,5%
Total	Frequência		70	23	93
	%		100,0%	100,0%	100,0%

Conforme a tabela 34 comprova, os elementos do sexo masculino evidenciaram uma tendência maior para duvidar da versão oficial, de que foi a Al Qaeda a autora dos atentados. Com efeito, 39,1 % dos homens acredita que foram os “Serviços Secretos Americanos” ou “Outros não identificados” os autores dos atentados, face aos 17,1 % das mulheres. A esmagadora maioria das mulheres respondeu que a “Al Qaeda” efectuou os ataques. Embora esta tenha sido também a resposta mais assinalada pelos homens, a frequência de resposta foi consideravelmente menor.

Tabela 35 – Mudança de percepção sobre o 11 de Setembro segundo o sexo (frequência e percentagem)

			Sexo		
			Feminino	Masculino	Total
Mudança	Pouco/Nada	Frequência	38	18	56
		%	54,3%	78,3%	60,2%
	Razoavelmente	Frequência	23	4	27
		%	32,9%	17,4%	29,0%
	Muito/Completamente	Frequência	9	1	10
		%	12,9%	4,3%	10,8%
Total	Frequência	70	23	93	
	%	100,0%	100,0%	100,0%	

Quando se cruza a variável “Sexo” com a “Mudança de Percepção”, verifica-se que os elementos do sexo masculino evidenciam uma maior relutância em mudar de percepção após a leitura do texto – tal pode também estar relacionado com o facto de, como já foi referido, muitos deles acreditarem *a priori* que não tinha sido a Al Qaeda a autora dos atentados. Assim, 78,3 % dos homens escolheu as opções “Pouco” ou “Nada” e apenas 1 assinalou as opções “Muito” ou “Completamente”. Já uma boa parte dos elementos do sexo feminino escolheu a opção “Razoavelmente” (32,9 %), sendo que 12,9 % das mulheres assinalou as alternativas “Muito” e “Completamente”, opções que nos homens tiveram apenas 4,3 % das respostas.

A mesma relutância dos homens está também presente na análise da “Credibilidade atribuída ao artigo” (tabela 36) por parte dos inquiridos. Com efeito, 30,4 % dos alunos do sexo masculino atribuem “Pouca” ou “Nenhuma” credibilidade ao artigo, respostas que apenas mereceram 12,9 % da preferência de alunas do sexo feminino. Ainda assim, em ambos os géneros, a resposta mais assinalada foi a intermédia, ou seja, “Alguma”.

Sedução e Resistência a partir da Literacia Mediática

Tabela 36 – Credibilidade atribuída ao artigo segundo o sexo (frequência e percentagem)

		Sexo			
		Feminino	Masculino	Total	
Credibilidade	Pouca/Nenhuma	Frequência	9	7	16
		%	12,9%	30,4%	17,2%
	Alguma	Frequência	44	11	55
		%	62,9%	47,8%	59,1%
	Muita/Toda	Frequência	17	5	22
		%	24,3%	21,7%	23,7%
Total	Frequência	70	23	93	
	%	100,0%	100,0%	100,0%	

Quanto à variável “Confirmar informação posteriormente”, os resultados são também significativamente diferentes no que diz respeito ao sexo dos inquiridos.

Tabela 37 – Intenção de confirmar posteriormente as informações segundo o sexo (frequência e percentagem)

			Sexo		
			Feminino	Masculino	Total
Confirmar informações posteriormente	Sim	Frequência	22	4	26
		%	31,4%	17,4%	28,0%
	Não	Frequência	10	6	16
		%	14,3%	26,1%	17,2%
	Talvez	Frequência	38	13	51
		%	54,3%	56,5%	54,8%
Total	Frequência o		70	23	93
	%		100,0%	100,0%	100,0%

Como se verifica, uma boa parte das mulheres afirma pretender confirmar as informações posteriormente (31,4 % respondeu “Sim” e 14,3 % “Não”), ao passo que os

homens se mostram mais relutantes (apenas 17,4 % deu conta da intenção de o fazer, enquanto 26,1 % assinalou a opção “Não”).

Segue-se a análise relacionada com a variável “Orientação Política”. Antes de mais, importa verificar se a orientação política do indivíduo (direita, esquerda ou centro) está directamente relacionada com a opinião por si formada, *a priori*, sobre o 11 de Setembro. Tal orientação, mais ou menos conservadora, pode ter impacto na predisposição do indivíduo para conhecer e aceitar as teorias da conspiração, por oposição à versão oficial.

Tabela 38 – Escolha dos autores dos atentados segundo a orientação política dos participantes (frequência e percentagem)

			Orientação política				Total
			Esquerda	Centro	Direita	Nenhuma	
Quem acha que foram os autores	Al Qaeda	Frequência	21	13	12	26	72
		%	75,0%	76,5%	85,7%	76,5%	77,4%
	Serviços Secretos Americanos	Frequência	5	2	2	5	14
		%	17,9%	11,8%	14,3%	14,7%	15,1%
	Outros não identificados	Frequência	2	2	0	3	7
		%	7,1%	11,8%	0%	8,8%	7,5%
	Total	Frequência	28	17	14	34	93
		%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Qualquer que seja a orientação política, a opção “Al Qaeda” foi aquela que recebeu mais respostas. Contudo, analisando os dados, conclui-se que os inquiridos posicionados à direita têm uma tendência mais acentuada para achar que foi a Al Qaeda a autora dos atentados (85,7%) do que os indivíduos posicionados à esquerda (75 %) ou até mesmo ao centro (76,5 %).

É também curioso verificar que os indivíduos cuja orientação política pende para a direita são também os mais convictos da resposta que deram quanto à escolha dos

autores. Ou seja, estes inquiridos (cuja grande maioria considera que foi a Al Qaeda a autora dos ataques), mostram-se certos da sua escolha.

Como a tabela 39 ilustra, a maior parte dos estudantes identificados com a direita escolheu a opção “Convicto” (42,9 %), sendo que esta foi apenas a terceira opção mais escolhida em qualquer das restantes orientações – só 14,3 % dos alunos posicionados à esquerda assinalou esta resposta, o mesmo acontecendo com somente 17,6 % dos centristas.

Nos inquiridos que afirmam não ter “Nenhuma” orientação política os resultados são ainda mais acentuados, com a opção “Convicto” a ser a quarta resposta mais dada, com apenas 5,9 % da preferência dos estudantes.

Tabela 39 – Grau de confiança na escolha dos autores dos atentados segundo a orientação política dos participantes (frequência e percentagem)

			Orientação política				Total
			Esquerda	Centro	Direita	Nenhuma	
Grau de confiança na resposta	Convicto	Frequência	4	3	6	2	15
		%	14,3%	17,6%	42,9%	5,9%	16,1%
	Com segurança	Frequência	12	9	3	14	38
		%	42,9%	52,9%	21,4%	41,2%	40,9%
	Com algumas dúvidas	Frequência	11	5	5	12	33
		%	39,3%	29,4%	35,7%	35,3%	35,5%
	Com muitas dúvidas	Frequência	1	0	0	5	6
		%	3,6%	0%	0%	14,7%	6,5%
	Nada convicto	Frequência	0	0	0	1	1
		%	0%	0%	0%	2,9%	1,1%
	Total	Frequência	28	17	14	34	93
		%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Passando para o cruzamento entre a “Orientação Política” e a “Mudança de Percepção” dos atentados após a leitura do texto, há outra conclusão interessante a tirar.

Tabela 40 – Mudança de percepção sobre os atentados segundo a orientação política dos participantes (frequência e percentagem)

			Orientação política				Total
			Esquerda	Centro	Direita	Nenhuma	
Mudança	Pouco/Nada	Frequência	20	12	5	19	56
		%	71,4%	70,6%	35,7%	55,9%	60,2%
	Razoavelmente	Frequência	5	2	6	14	27
		%	17,9%	11,8%	42,9%	41,2%	29,0%
	Muito/Completamente	Frequência	3	3	3	1	10
		%	10,7%	17,6%	21,4%	2,9%	10,8%
Total	Frequência		28	17	14	34	93
	%		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

São os indivíduos identificados com a direita aqueles que afirmam mais ter mudado de percepção. Tal é curioso porque estes indivíduos eram os mais convictos da sua resposta, sendo que a esmagadora maioria havia respondido que a Al Qaeda era a responsável pelos ataques. Contudo, após lerem o texto, verifica-se que a grande maioria destes indivíduos respondeu “Razoavelmente”, “Muito” ou “Completamente” (as 3 somadas perfazem um total de 64,3 % das respostas) quanto à mudança de percepção. Pelo contrário, as restantes orientação políticas optaram preferencialmente pelas opções “Nada” ou “Pouco”. Na esquerda, estas duas opções foram assinaladas por 71,4 % dos alunos; no centro por 70,6 % e nos que previamente afirmaram não ter qualquer orientação política por 55,9 % dos estudantes. Tal facto pode estar relacionado com a maior propensão evidenciada previamente por estes estudantes (em comparação com os da direita) para acreditar numa versão alternativa do 11 de Setembro, pelo que o impacto do texto, com ideias com as quais já estavam relativamente familiarizados, não foi assim tão acentuado.

Para finalizar, de registar que os indivíduos de direita são os que se mostram mais relutantes em confirmar as informações posteriormente (50 % respondeu “Não”, enquanto o “Sim” foi mais escolhido nas restantes orientações do que o “Não”).

Sedução e Resistência a partir da Literacia Mediática

Tabela 41 – Intenção de confirmar a informação segundo a orientação política (frequência e percentagem)

			Orientação política				Total
			Esquerda	Centro	Direita	Nenhuma	
Confirmar informações posteriormente	Sim	Frequência	9	4	3	10	26
		%	32,1%	23,5%	21,4%	29,4%	28,0%
	Não	Frequência o	5	1	7	3	16
		%	17,9%	5,9%	50,0%	8,8%	17,2%
	Talvez	Frequência	14	12	4	21	51
		%	50,0%	70,6%	28,6%	61,8%	54,8%
Total	Frequência		28	17	14	34	93
	%		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Passando agora para a análise de variável independente “Autores”.

Tabela 42 – Mudança de percepção de acordo com a escolha prévia dos autores dos atentados (frequência e percentagem)

			Quem acha que foram os autores			
			Serviços Secretos			
			Al Qaeda	Americanos	Outros não identificados	Total
Mudança	Pouco/Nada	Frequência	40	12	4	56
		%	55,6%	85,7%	57,1%	60,2%
	Razoavelmente	Frequência	22	2	3	27
		%	30,6%	14,3%	42,9%	29,0%
	Muito/Completamente	Frequência	10	0	0	10
		%	13,9%	0%	0%	10,8%
Total	Frequência		72	14	7	93
	%		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

É possível verificar que os inquiridos que responderam “Al Qaeda” numa primeira instância foram aqueles que mais mudaram a sua percepção sobre o 11 de

Setembro, o que era previsível. Enquanto que daqueles que responderam “Serviços Secretos Americanos” ou “Outros Não Identificados” nem um único escolheu as opções “Muito” ou Completamente”, 10 daqueles que acreditavam ter sido a Al Qaeda a autora dos atentados disseram ter mudado “Muito” ou “Totalmente” de percepção.

Quanto à credibilidade atribuída, analisada à luz da escolha prévia dos autores, pode concluir-se que os estudantes que haviam respondido “Serviços Secretos Americanos” atribuem maior credibilidade ao artigo, até porque este vai de encontro àquilo em que previamente acreditavam.

Tabela 43 – Credibilidade atribuída ao artigo segundo a escolha prévia dos autores dos atentados (frequência e percentagem)

		Autores			
		Serviços Secretos			Total
		Al Qaeda	Americanos	Outros não identificados	
Credibilidade	Pouca/Nenhuma	Frequência	12	3	16
		%	16,7%	21,4%	14,3%
	Alguma	Frequência	45	4	55
		%	62,5%	28,6%	85,7%
	Muita/Toda	Frequência	15	7	22
		%	20,8%	50,0%	,0%
Total		Frequência	72	14	93
		%	100,0%	100,0%	100,0%

Observa-se que 50 % dos alunos que acreditavam previamente terem sido os Serviços Secretos Americanos os autores dos ataques atribui “Muita” ou “Toda” a credibilidade ao artigo. Um número bastantes superior aos 20,8 % de respostas que estas duas opções reuniram junto daqueles que acreditavam ter sido a Al Qaeda. Os que haviam respondido “Outros não identificados” escolheram, na sua esmagadora maioria (85,7 %) a opção intermédia: “Alguma”.

Talvez por já estar familiarizado com o tema, quem respondeu que os autores foram os Serviços Secretos Americanos evidenciou menores intenções de confirmar a informação posteriormente, conforme ilustra a tabela 44.

Tabela 44 – Intenção de confirmar as informações posteriormente segundo a escolha prévia dos autores (frequência e percentagem)

			Quem acha que foram os autores			
			Al Qaeda	Serviços Secretos Americanos	Outros não identificados	Total
Confirmar informações posteriormente	Sim	Frequência	20	3	3	26
		%	27,8%	21,4%	42,9%	28,0%
	Não	Frequência	12	4	0	16
		%	16,7%	28,6%	0%	17,2%
	Talvez	Frequência	40	7	4	51
		%	55,6%	50,0%	57,1%	54,8%
Total	Frequência		72	14	7	93
	%		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Como se observa, e excluindo a opção “Talvez”, verifica-se que os inquiridos que afirmavam ter sido a Al Qaeda a autora dos atentados se mostram mais na disposição de confirmar a informação (27,8 %) do que aqueles que responderam Serviços Secretos Americanos (21,4 %). Aliás, 28,6 % destes alunos afirmou mesmo “Não” ir confirmar a informação, perante os escassos 16,7 % que deram esta resposta acreditando previamente ter sido a Al Qaeda a autora.

Cruzando agora a variável “Autores” com o “Grau de confiança” na resposta. Verifica-se que os alunos que consideravam os Serviços Secretos Americanos os autores responderam com bastante segurança: 28,6 % disse ter respondido de forma convicta e 42,9 % “Com Segurança”. Nos que consideravam ter sido a Al Qaeda também se constata a existência de segurança na resposta, mas em menor grau: apenas 13,9 % responderam com convicção e 43,1 % com segurança. Quem havia respondido

“Outros não identificados” optou, maioritariamente, pela alternativa “Com Algumas Dúvidas”

Tabela 45 – Grau de confiança na escolha dos autores dos atentados segundo os autores escolhidos (frequência e percentagem)

			Autores			
			Serviços Secretos		Outros não	
			Al Qaeda	Americanos	identificados	Total
Grau de confiança na resposta	Convicto	Frequência	10	4	1	15
		%	13,9%	28,6%	14,3%	16,1%
	Com segurança	Frequência	31	6	1	38
		%	43,1%	42,9%	14,3%	40,9%
	Com algumas dúvidas	Frequência	27	2	4	33
		%	37,5%	14,3%	57,1%	35,5%
	Com muitas dúvidas	Frequência	3	2	1	6
		%	4,2%	14,3%	14,3%	6,5%
	Nada convicto	Frequência	1	0	0	1
		%	1,4%	0%	0%	1,1%
Total	Frequência	72	14	7	93	
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Em jeito de conclusão, após esta análise, o que desde logo ressalta é a semelhança existente entre os resultados. Apesar de todas as versões serem diferentes, em questões tão centrais como o Posicionamento do jornalista e as Fontes de informações citadas, denota-se uma certa similaridade entre os efeitos sobre os estudantes. Tal causa alguma preocupação, pois demonstra que o inquirido não tem estabelecidos critérios de análise das informações que recolhe, ou seja, não tem preocupações que lhe permitam identificar se determinada informação é fidedigna ou não. Tal remete para a questão da literacia mediática analisada no capítulo da revisão da literatura. De facto, os estudantes não parecem fazer qualquer exercício interrogativo e analítico, questionando-se sobre a validade das informações. Segundo os dados

demonstram, limitaram-se a ler a informação (que era praticamente igual em todos os inquiridos), sem dedicarem especial atenção à credibilidade das fontes citadas ou ao posicionamento do jornalista. Estes factos apontam para um grave problema de iliteracia mediática, tornando os inquiridos algo vulneráveis à informação, seja qual for a sua origem.

4. Conclusão

Antes de mais, importa lembrar a problemática central deste estudo. Sob o tema “Teorias da Conspiração: Sedução e Resistência a partir da Literacia Mediática”, este estudo propôs-se a avaliar os efeitos das teorias da conspiração sobre as pessoas, quando as dimensões “Fontes de Informação citadas” e “Posicionamento do jornalista”, considerados como dois “medidores” da literacia mediática, variaram nas mensagens transmitidas.

Pretendeu-se estudar de que forma o posicionamento do jornalista (tom neutro ou alinhado) e as fontes de informação (inexistentes, duvidosas ou credíveis) da notícia afectaram a credibilidade percebida pelos inquiridos, bem como a sua atitude perante a teoria da conspiração que acabaram de ler. Esperava-se que os inquiridos, regra geral, fossem mais sensíveis aos factores de posicionamento neutro e fontes credíveis. Contudo, tal não se verificou. Os resultados indicam que quer as fontes sejam credíveis, duvidosas ou inexistentes, quer o posicionamento seja alinhado ou neutro, os efeitos dos diferentes textos sobre os estudantes são muito semelhantes. De facto, há efeitos mais ou menos generalizados sobre as pessoas, depois de lerem o artigo apresentado, mas esses efeitos não variam significativamente na sua dimensão de versão para versão. Senão vejamos: o nível da mudança de percepção dos inquiridos sobre o 11 de Setembro é praticamente igual em todas as versões (tabelas 14 e 15); a credibilidade atribuída ao artigo causa surpresa, uma vez que foi aos textos com Fontes Credíveis que os alunos atribuíram em maior número “Pouca” ou “Nenhuma” credibilidade ao artigo (24,1 % dos alunos, face a 12,5 e 15,6 % dos alunos que atribuíram pouca ou nenhuma credibilidade aos textos com fontes duvidosas ou inexistentes), conforme está patente na tabela 16; Também se registam mais respostas “Muita” ou “Toda”, para classificar a credibilidade, dadas pelos alunos que leram textos alinhados (13), face aos que leram textos neutros (9), conforme se observa na tabela 17; As respostas à pergunta “recomendaria este artigo a alguém?” são igualmente preocupantes, pois mais de 90 % dos estudantes respondeu afirmativamente, mesmo quando o posicionamento do jornalista era alinhado e as fontes duvidosas ou inexistentes (tabelas 20 e 21); por fim, quando perguntado aos alunos que elementos do texto consideravam ser mais credíveis,

estes assinalaram a resposta “Fontes de informação” sensivelmente na mesma medida em todas as versões, apesar da credibilidade das fontes ser uma das dimensões que variou (tabela 22). Aliás, foi a versão E, cujas fontes citadas são duvidosas, que reuniu mais respostas na opção “Fontes de informação” como elemento de credibilidade (7).

Posto isto, verifica-se que as dimensões fontes de informação e posicionamento do jornalista foram subvalorizadas pelos inquiridos. As variações introduzidas ao nível destas duas dimensões não afectaram de forma significativa a percepção dos inquiridos sobre o 11 de Setembro, ou sobre a credibilidade oferecida pelos artigos. Tal constatação alerta para a questão da literacia mediática. Neste caso, para a falta dela.

A literacia mediática, ou educação para os média, pressupõe a capacidade de consultar, assimilar e tratar os conteúdos consumidos de forma crítica, interrogando-se sobre a validade das informações. No contexto das teorias da conspiração, em que a internet é considerado o meio de comunicação por excelência e se assiste a uma democratização na criação de conteúdos, o termo “educação para os média” assume-se como fundamental para haver um filtro da informação. É neste cenário que se procurou compreender como a literacia mediática actuava no contexto das teorias da conspiração, indagando se a população é, em geral, uma “presa fácil” para estas teorias. A conclusão a que se chega indica que os cuidados no consumo da informação foram, regra geral, ignorados ou negligenciados pelos estudantes, que revelaram, com efeito, ser uma “presa fácil” para as teorias da conspiração.

Se uma das questões de investigação propostas era “investigar se as pessoas dominam e estão familiarizadas com o conceito de literacia mediática”, a conclusão tem de ser negativa. O mesmo acontece com a questão “verificar se mensagens que obedeçam a requisitos da literacia mediática têm mais aceitação junto do público”. Com efeito, os resultados indicam que nem as mensagens que obedeçam a determinados tipos de requisitos de literacia mediática, como seria ter posicionamento do jornalista neutro e fontes de informações credíveis, têm maior aceitação junto do público que outras mensagens, nem as pessoas dominam (pelo menos ao nível desejado) o conceito de literacia mediática.

À luz das respostas dos alunos inquiridos, verifica-se que esta é, de facto, uma era em que a literacia mediática não está enraizada nos hábitos das pessoas. Face a conteúdos tão distintos como os apresentados aos alunos, os resultados são demasiado semelhantes. Tal sugere que os inquiridos se limitaram a absorver a informação (que era parecida em todos os inquéritos), sem apresentarem preocupações em verificar a credibilidade das fontes e até do jornalista. Deste modo, pode concluir-se que os indivíduos não estão “educados” nem têm conhecimentos (ou hábitos) suficientes para filtrarem a informação.

Outra das questões que se colocou apontava para que os alunos de Ciências da Comunicação, em resultado da sua formação, deveriam possuir maiores níveis de literacia e logo ser mais sensíveis aos factores de posicionamento neutro e fontes credíveis. Ainda que em algumas análises tal tenha correspondido à verdade, noutras verifica-se que, em comparação com os alunos de Ciência da Informação, os de Ciências da Comunicação em nada mostraram ter níveis de literacia mais elevados.

Os resultados revelam que os estudantes de Ciências da Comunicação são, de facto, mais sensíveis ao posicionamento neutro (tabelas 28, 29, 32 e 33). Os alunos de Ciências da Comunicação são mais resistentes que os de Ciência da Informação a mudar de percepção quando o posicionamento do texto é alinhado e, na generalidade, atribuem mais credibilidade que os alunos do outro curso aos textos de posicionamento neutro. Neste aspecto os de Ciências da Comunicação revelaram, de facto, ter níveis de literacia mediática mais desenvolvidos. Contudo, esta teoria cai por terra quando se analisa a sensibilidade dos estudantes à dimensão fontes de informação. Quando são as fontes de informação que variam, os alunos de Ciências da Comunicação não se mostram mais sensíveis aos textos com fontes credíveis, ao contrário do esperado. Verifica-se que os estudantes de Ciências da Comunicação se mostram mais resistentes a mudar de percepção sobre o 11 de Setembro precisamente quando as fontes são credíveis (tabelas 26 e 27), o que é surpreendente, sobretudo porque os de Ciência da Informação se deixam seduzir mais pelas teorias da conspiração quando as fontes citadas são credíveis. Ao nível da credibilidade atribuída ao artigo (tabelas 30 e 31), verifica-se que, em comparação com os alunos de Ciência da Informação, os alunos de Ciências da

Comunicação se deixam seduzir em maior grau pelos artigos de fontes duvidosas, contrariando a hipótese de que possuem níveis maiores de literacia.

Resta agora relacionar possíveis variações nos efeitos com variáveis individuais, como sexo e orientação política. A este nível, há ilações curiosas. Ao nível do sexo dos inquiridos, constata-se que os elementos do sexo masculino têm uma tendência prévia maior do que as mulheres para duvidar da versão oficial. Quase 40 % dos homens afirmou que não foi a Al Qaeda a autora dos atentados (tabela 34), ao passo que apenas 17 % das mulheres duvidou da versão oficial. Já no que diz respeito à variável orientação política, verifica-se que os indivíduos identificados com a esquerda ou centro têm uma tendência maior para acreditar nas teorias da conspiração, ao passo que a grande maioria dos estudantes identificados com uma ideologia de direita considera ter sido a Al Qaeda a autora dos atentados (tabela 39).

Fazendo uma recuperação das principais questões de investigação colocadas, eis as conclusões finais:

- **Verificar se as pessoas mudam de opinião sobre determinado acontecimento depois de expostas a teorias da conspiração;** - De facto, constata-se que houve mudanças generalizadas. Dentro de uma escala de valores entre “Nada” e “Completamente”, verifica-se que houve respostas para todas as opções quanto à mudança de percepção após a leitura do texto. As opções “Pouco” e “Razoavelmente” foram as que obtiveram mais respostas, sugerindo que, ainda que de forma não muito acentuada, os efeitos se fizeram sentir. Assim, bastou a leitura de um texto de duas páginas para as pessoas repensarem a sua opinião sobre o tema.
- **Verificar se há formas mais eficazes do que outras de criar e difundir teorias da conspiração;** - Segundo os resultados obtidos, nenhuma das diferentes formas de apresentação da informação se mostrou substancialmente mais eficaz do que as restantes. Quer isto dizer que apenas se deu importância

ao conteúdo, à mensagem em si, e não aos restantes factores, ainda que tão determinantes como as fontes de informação e posicionamento do jornalista.

- **Verificar se mensagens que obedeçam a requisitos da literacia mediática têm mais aceitação junto do público;** Se assim fosse, os textos com fontes credíveis e posicionamento neutro teriam provocado efeitos mais acentuados sobre os estudantes; pelo contrário, os efeitos e a percepção dos estudantes foram muito semelhantes para todas as versões, o que aponta para um défice de literacia mediática.

5. Bibliografia

- Achenbach, Joel (1996). Reality Check. *Washington Post*. Dia 4 de Setembro.
- Adams, Dennis e Hamm, Mary (2001). *Literacy in a Multimedia Age*. Christopher-Gordon Publishers, Norwood.
- Alvermann, Donna E. (2004). Media, Information Communication Technologies, and Youth Literacies: A Cultural Studies Perspective. *American Behavioral Scientist*. Vol. 48: pp.78-83
- Barkun, Michael (2003). *A culture of Conspiracy: Apocalyptic Visions in Contemporary America*. University of California Press, Londres
- Bazalgette, Cary (1997). *An Agenda for the Second Phase of Media – Literacy Development*, capítulo no livro *Media Literacy in Information Age*. Kubey, Robert. Transaction Publishers, New Jersey.
- Berlet, Chip (2005). Conspiracism as a Flawed Worldview. *PublicEye*.
Disponível em: <http://www.publiceye.org/conspire/conspiracism.html>
- Bratich, Jack Z. (2004). Trust No One (On the Internet): The CIA-Crack-Contra Conspiracy Theory and Professional Journalism. *Television and New Media*. Vol. 5, No. 2: pp. 109-139
- Britt, Anne e Aglinskias, Cindy (2002). Improving students' ability to identify and use source information. *Cognition and Instruction*. No. 20: pp. 485–522.
- Clarke, Steve (2002). Conspiracy Theories and Conspiracy Theorizing. *Philosophy of the Social Sciences*. Vol. 32, No 2: pp.131-150
- Coady, David (2006). *Conspiracy Theories: The Philosophical Debate*. Ashgate, Hampshire.

- Davison, Phillips W. (1983). The Third-person Effect in Communication. *Public Opinion Quarterly*. No. 47: pp. 1–15
- DeLillo, Don (1978). *Running Dog*. Knopf, Nova Iorque.
- Domhoff, William (2005). There are no Conspiracies. *PublicEye*.
Disponível em: http://www.publiceye.org/antisemitism/nw_domhoff.html
- Douglas, Karen M. e Sutton, Robbie M. (2004). Right About Others, Wrong About Ourselves? Actual and Perceived Self-other Differences in Resistance to Persuasion. *British Journal of Social Psychology*. No. 43: pp. 585–603
- Duck, Julie M. e Mullin, Barbara-Ann (1995). The Perceived Impact of the Mass Media: Reconsidering the Third-person Effect. *European Journal of Social Psychology*. No. 25: pp. 77–93
- Freedman, Carl (2000). *Critical Theory and Science Fiction*. University Press of New England, Hanover.
- Galician, Mary-Lou (2004). High Time For “Dis-Illusioning” Ourselves and Our Media. *American Behavioral Scientist*. Vol. 48, No. 1: pp. 7-17
- Gonnet, Jacques (1997). *Éducation et médias*. Presses Universitaires de Frances, Paris.
- Goodnight, Thomas e Poulakos, John (1981). Conspiracy Rhetoric: From pragmatism to fantasy in public discourse. *The Western Journal of Speech Communication*. No. 45: pp. 299-316
- Hargittai, E., Fullerton, L, Menchen-Trevino, E. e Thomas, K. (2010). Trust Online: Young Adults’ Evaluation of Web Content. *International Journal of Communication*. No. 4: pp. 468–494
- Hofstadter, Richard (1955). *The Age of Reform*. Knopf, Nova Iorque.
- Hofstadter, Richard (1964). The Paranoid Style in American Politics. *Harper’s Magazine*. Edição de Novembro: pp. 77-86

- Hume, David (1988). *An Enquiry Concerning Human Understanding*. Open Court, Chicago.
- Keeley, Brian (1999). Of Conspiracy Theories. *The Journal of Philosophy*. No.96: pp. 109-26
- Knight, Peter (2000). Conspiracy Culture: From Kennedy to 'The X-Files'. Routledge, Londres.
- Kornbluh, Peter (1997). Crack, Contras and the CIA: The Storm over Dark Alliance. *Columbia Journalism Review*. No. 35: pp. 33-39
- Lasica, Joseph Daniel (1996). Net Gain. *American Journalism Review*. Edição de Novembro.
- Mason, Fran (2002). *A Poor Person's Cognitive Mapping*, capítulo no livro *Conspiracy Nation: The politics of paranoia in postwar America*. Knight, Peter. New York University Press, Nova Iorque.
- Masterman, Len (1997). *A Rationale for Media Education*, capítulo no livro *Media Literacy in Information Age*. Kubey, Robert. Transaction Publishers, New Jersey.
- McCauley, Clark e Jacques, Susan (1979). The Popularity of Conspiracy Theories of Presidential Assassination: A Bayesian Analysis. *Journal of Personality and Social Psychology*. No. 37: pp. 637-644
- McHoskey, John W. (1995). Case closed? On the John F. Kennedy assassination: Biased assimilation of evidence and attitude polarization. *Basic and Applied Social Psychology*. No. 17: pp. 395-409
- Metzger, Miriam (2007). Making sense of credibility on the Web: Models for evaluating online information and recommendations for future research. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*. No. 58: pp. 2078

Natharius, David (2004) The More We Know, the More We See. *American Behavioral Scientist*. Vol. 48, No. 2: pp. 238-247

Perloff, Richard M. (1989). Ego-involvement and the third person effect of televised news coverage. *Communication Research*. No.16: pp. 236–262

Pigden, Charles R. (2006). *Complots of Mischief*, capítulo 12 do livro *Conspiracy Theories: the Philosophical Debate*. Coady, David. Ashgate, Londres.

Potter, James W. (2004). *Theory of Media Literacy: A Cognitive Approach*. Sage Publications, California.

Rogers, Wendy A., Rousseau, G. K. e Fisk, Arthur D. (1999). *Applications of Attention Research*, no livro *Handbook of Applied Cognition*. Durso, Francis T. John Wiley and Sons, Chichester.

Rogow, Faith (2003). *Patience is a Virtue When You've Got What You Want*. Discurso apresentado na Conferência Nacional de Educação para os Média, em Baltimore. Disponível em: <http://www.AMLAinfo.org>

Rushkoff, Douglas (1996). *Playing the Future: How Kids' Culture Can Teach Us to Thrive in an Age of Chaos*. Harper Collins, Nova Iorque.

Shermer, Michael (1997). *Why People Believe Weird Things: Pseudoscience, superstition, and other confusions of our time*. Henry Holt and Company, Nova Iorque.

Silverblatt, Art e Eliceiri, Ellen (1997). *Dictionary of Media Literacy*. Greenwood Press, Westport.

Smith, Tara C. e Novella, Steven P. (2007). HIV Denial in the Internet Era. *PLOS Medicine*. Vol.4

- Steiger, Brad e Steiger, Sherry (2006). *Conspiracies and Secret Societies*. Visible Ink Press, Canton, Ohio.
- Sundar, Shyam (2008). *The MAIN model: A heuristic approach to understanding technology effects on credibility*, capítulo no livro *Digital Media, youth, and credibility*. Metzger, Mirian e Flanagin, Andrew. The MIT Press, Cambridge.
- Teepen, Tom (1996). Salinger, TWA Flight 800 and the Price of Paranoia. *Star Tribune*. Dia 13 de Novembro: pp.17
- Thoman, Elizabeth e Jolls, Tessa (2004). Media Literacy – A National Priority for a Changing World. *American Behavioral Scientist*. Vol. 48, No. 1: pp. 18-29
- Tyner, Kathleen (1998). *Literacy in a Digital World: Teaching and Learning in the Age of Information*. Lawrence Erlbaum and Associates, New Jersey.
- Vieira, Nelson (2006). Educação com os Média, Educação para os Média. *PROFORMAR*. Edição 17: pp. 5
- Wathen, Nadine e Burkell, Jacquelyn (2002). Believe it or not: Factors influencing credibility on the Web. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*. No. 53: pp. 134–144.
- Zarefsky, David (1984). Conspiracy Arguments in the Lincoln-Douglas Debates. *Journal of the American Forensic Association*. No. 21: pp. 63-75.

6. Anexos

Questionário 1

O meu nome é Sandra Silva e sou uma aluna do segundo e último ano do Mestrado em Comunicação Política da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. O seguinte questionário insere-se no estudo que estou a efectuar para a minha tese, sendo que as respostas obtidas serão a base segundo a qual todo o trabalho será desenvolvido. Agradeço desde já a disponibilidade e o tempo dispendido e apelo para a máxima sinceridade durante a realização do questionário. Qualquer esclarecimento pode ser prestado através do endereço *sandraifmcsilva@gmail.com*

Assinale com um “X” uma, e apenas uma, das opções de cada pergunta.

Sexo: F ☐ M ☐

Idade: _____ anos

Curso _____ **Ano** ____

- Quem considera que foi/foram o(s) autor(es) do 11 de Setembro?

Al Qaeda ☐

Serviços Secretos Americanos ☐

Outros não identificados ☐

- Qual o grau de confiança com que respondeu à questão anterior?

Convicto ☐

Com segurança ☐

Com algumas dúvidas ☐

Com muitas dúvidas ☐

Nada convicto ☐

- Qual considera ser a sua orientação política?

Esquerda ☐

Centro ☐

Direita ☐

Nenhuma ☐

Leia o documento anexo, que foi retirado do site oficial da revista Newsweek, e responda depois às questões que se seguem.

Versão A: Posicionamento Alinhado e Sem Fontes

Um trabalho interno?

- Novas teorias sobre o 11 de Setembro -

Por **Sarah O'Neill** | NEWSWEEK Magazine
comments@soneill.com

Publicado em 12 de Março de 2008

Presente na revista datada de 12 de Março de 2008

As imagens do ocorrido a 11 de Setembro de 2001, conhecido por todos como o dia que mudou os Estados Unidos da América, correram o Mundo nos últimos anos e ainda hoje deixam um lastro de incredulidade em todos os que as (re)veêm. Contudo, poucos saberão o quê e quem verdadeiramente esteve por detrás dos ataques que vitimaram milhares de pessoas e espalharam o terror.

A versão oficial, cuidadosamente estudada e prontamente apresentada pelo Governo americano, teve os efeitos pretendidos e conduziu a uma condenação sem julgamento e generalizada de Osama Bin Laden e da Al-Qaeda, beneficiando um momento de fragilidade emocional dos americanos. Porém, passado o choque, as pessoas começaram a questionar os factos que anteriormente lhes foram colocados e aceites como certos, gerando-se um movimento de procura de uma explicação alternativa, com motivos e autores diferentes. A tese de que tudo não passou de um “trabalho interno” da Administração de Bush, com fins próprios e interesses pouco legítimos, foi ganhando força e apoiantes, com base em evidências de várias ordens.

As inconsistências encontradas na versão oficial dada pelas autoridades americanas e pela Comissão do 11 de Setembro conduziram a uma mudança

significativa: libertando-se da crença absoluta em ataques terroristas, muitos acreditam agora que, recorrendo a uma encenação bem architectada, o Governo dos EUA manipulou a população e encobriu um crime que afinal foi seu, almejando intentos que, posteriormente, foram conseguidos: transformar os Estados Unidos num estado tremendamente vigiado, restringindo as liberdades civis através da aprovação do Patriot Act; e gerar um novo Pearl Harbor, ou seja, um novo “atentado” contra os Estados Unidos, para legitimar as invasões que se seguiram ao Afeganistão e Iraque.

Assim, muitos acreditam e defendem, hoje, que a Al-Qaeda não é responsável pela destruição do World Trade Center; o Governo dos Estados Unidos sim. O Pentágono não foi atingido por um avião comercial; foi atingido por um míssil-cruiseiro. O voo 93 não caiu depois dos seus ocupantes assumirem o seu comando; ele foi deliberadamente abatido pelas Forças Aéreas Americanas. Acreditam que toda a catástrofe foi planeada e executada pelos agentes federais, com o objectivo de dar aos Estados Unidos da América um pretexto para começar uma guerra no Médio Oriente e, como consequência, consolidar e estender o poder da Administração Bush.

As incongruências detectadas pelos analistas começam no desmoronamento das Torres Gémeas,

que são, até hoje, os únicos edifícios da História que, alegadamente, ruíram devido a um incêndio... São, com efeito, muitos os casos conhecidos de arranha-céus cujo fogo deflagrou vários andares, sem que isso tenha resultado no seu desabamento. Vários peritos desmentiram cientificamente a possibilidade de um prédio da dimensão



┐ Os estragos visíveis no Pentágono não são consistentes com as dimensões de um avião comercial.

das (inúmeras) câmaras de segurança, a inexistência de vestígios de um avião comercial nas imediações do Pentágono, a inexistência de marcas (trilho de rodas no chão, postes de electricidade arrancados, etc.) da passagem de um avião em volta do edifício, o facto das caixas negras do aparelho nunca terem sido encontradas (...) fomentam a descon-fiança quanto à

história ventilada pelo Governo do Estado Unidos.

Um verdadeiro fenómeno de pesquisa e análise crítica tem conduzido, de forma cada vez mais acentuada, à descredibilização da versão oficial do 11 de Setembro, fazendo

acreditar no que parecia impensável: que os Estados Unidos foram, ao mesmo tempo, vítimas e terroristas.

e composição do World Trade Center ter desmoronado devido ao impacto de um avião, sendo esta impossibilidade corroborada pelo relato de várias testemunhas, que dizem ter ouvido, depois do embate do aviões, explosões secundárias em andares inferiores, o que indica uma explosão controlada por explosivos, previamente colocados no interior dos edifícios.

As questões estendem-se ao pretenso embate de um avião numa das fachadas do Pentágono. Desde logo, porque o buraco encontrado no edifício apresentava dimensões muito inferiores à de um avião comercial, como a imagem documenta. A ausência de imagens esclarecedoras provenientes

Sarah O'Neill é editora da Newsweek Internacional e autora do [O Mundo Pós-Americano](#) e [O Futuro da Liberdade: Democracia Liberal](#)

Versão B: Posicionamento Alinhado e Fontes Duvidosas

Um trabalho interno?

- Novas teorias sobre o 11 de Setembro -

Por **Sarah O'Neill** | NEWSWEEK Magazine
comments@soneill.com

Publicado em 12 de Março de 2008

Presente na revista datada de 12 de Março de 2008

As imagens do ocorrido a 11 de Setembro de 2001, o dia que mudou os Estados Unidos da América, percorreram o Mundo, mas são poucos os que saberão com certeza o quê e quem esteve por detrás dos ataques que vitimaram milhares de pessoas e deram início a uma nova página da História. O governo dos EUA apresentou de imediato uma explicação, responsabilizando Osama Bin Laden e a Al-Qaeda pelos actos “terroristas”, mas, com o passar do tempo, o cepticismo instalou-se e uma cada vez maior fatia da população vem rejeitando esta versão dos factos, acreditando, agora, que tudo foi arquitectado pelo próprio Governo dos Estados Unidos, com o objectivo de ter um pretexto para começar uma guerra no Médio Oriente e, como consequência, consolidar e estender o poder americano.

Esta tese é sustentada pelas inconsistências encontradas na versão oficial, mas o poder político dos EUA tem-se defendido das acusações de ataque auto-infligido, que colocam o País ao mesmo tempo como vítima e agressor. Começando pelo desmoronamento das Torres Gémeas do World Trade Center. Vários peritos desmentiram cientificamente a possibilidade de um prédio da dimensão e composição do World Trade Center ter-se desmoronado devido ao impacto de um avião, argumentando que houve explosões secundárias nos pisos

inferiores. Paul Craig Roberts, ex-assistente do secretário do Tesouro na administração Reagan, afirmou: “Sabemos que é estritamente impossível para qualquer edifício, e ainda mais um edifício com colunas de aço e betão, cair tipo panqueca à velocidade de queda livre. Logo, é um facto não controverso que a explicação oficial para o colapso do World Trade Center é falsa.” Van Romero, membro do Instituto de Pesquisa de Minas e Tecnologia do Novo México, acrescentou: “Com base nos vídeos, a minha opinião é que depois dos aviões embaterem no WTC, havia engenhos explosivos no interior do edifício que causaram a derrocada das Torres. As derrocadas foram demasiado metódicas para poderem ser o resultado aleatório da colisão de dois aviões contra as estruturas.” A Comissão de 11 de Setembro alega, contudo, que o intenso incêndio provocado pelo combustível dos aviões derreteu a estrutura de ferro do edifício.

Antes do desabamento observaram-se nuvens de poeira jorrando das janelas para o exterior das Torres, depois de pequenos clarões. O investigador John Travis, em declarações ao jornal The Sun, afirmou que esta “é a prova de que houve detonações de explosivos plantados no interior dos edifícios antes dos ataques.” Já o Governo Americano argumenta que a força do colapso nos andares superiores levantou a pressão do ar nos

níveis mais baixos de forma tão dramática que estourou as janelas.

Quanto ao sucedido no Pentágono, as interpretações também são díspares. A Comissão do 11 de Setembro explicou que o Boeing 757 da



┐ Os estragos visíveis no Pentágono não são consistentes com as dimensões de um avião comercial.

America Airlines foi desviado e embateu numa das fachadas do edifício. Contudo, como a imagem anexa documenta, o buraco de 5,5 metros de diâmetro visível na fachada do Pentágono não é consistente com o impacto de um Boeing 757, avião com 14 metros de altura e 41 metros de envergadura de asa. Assim, surgiram várias teses de que nenhum avião embateu no Pentágono. Paul Stewart, ex-militar do Exército do Canadá, foi concludente: “Aqueles danos só poderiam ter sido feitos por um míssil-cruzeiro das próprias forças militares americanas. Por isso não se encontraram vestígios do avião: nem segmentos de asas, nem da carlinga, nenhuma parte significativa dos motores de tungsténio Rolls Royce, nenhuma roda, assentos, bagagens, etc. Nada. Nem em nenhuma

imagem se vê um avião a embater no Pentágono.” A Comissão do 11 de Setembro contrapôs, alegando: “O calor intenso do querosene pulverizou todo o avião e os seus destroços.” Segundo a Comissão, o voo desviado efectuou, às 9.38, na Virgínia, uma curva de 330 graus a 530 milhas por hora, descendo 2300 metros em 2 minutos para chocar no Pentágono. Russ Wittenburg, piloto comercial, atesta: “O Voo 757 não poderia ter voado à velocidade que dizem sem ter danificado o motor. Ele ter-se-ia destruído no ar.”

A Comissão do 11 de Setembro disse que o Voo 93 se despenhou; Fontes anónimas da Força Aérea Americana atestam que foi abatido. A Comissão disse que os aviões que embateram no WTC eram comerciais; Testemunhas afirmam que eram militares. A Comissão escreveu que o Edifício 7 do WTC ruiu devido à proximidade com as Torres Gémeas; Especialistas falam em demolição controlada.

Depois da condenação “a quente” de Osama Bin Laden, a dúvida está agora instalada um pouco por todo o Mundo.

Sarah O'Neill é editora da Newsweek Internacional e autora do [O Mundo Pós-Americano](#) e [O Futuro da Liberdade: Democracia Liberal](#)

Versão C: Posicionamento Alinhado e Fontes Credíveis

Um trabalho interno?

- Novas teorias sobre o 11 de Setembro -

Por **Sarah O'Neill** | NEWSWEEK Magazine
comments@soneill.com

Publicado em 12 de Março de 2008

Presente na revista datada de 12 de Março de 2008

As imagens do ocorrido a 11 de Setembro de 2001 percorreram o Mundo, mas são poucos os que saberão com certeza o quê e quem esteve por detrás dos ataques que vitimaram milhares de pessoas e deram início a uma nova página da História. O governo dos EUA apresentou de imediato uma explicação, responsabilizando Osama Bin Laden e a Al-Qaeda pelos actos “terroristas”, mas, com o passar do tempo, o cepticismo instalou-se e uma cada vez maior fatia da população vem rejeitando esta versão dos factos, acreditando, agora, que tudo foi arquitectado pelo próprio Governo dos Estados Unidos, com o objectivo de ter um pretexto para começar uma guerra no Médio Oriente e, como consequência, consolidar e estender o poder americano.

Esta tese é sustentada pelas inconsistências encontradas na versão oficial, mas o poder político dos EUA tem-se defendido das acusações de ataque auto-infligido. Começando pelo desmoronamento das Torres Gémeas do World Trade Center. Vários peritos de créditos reconhecidos desmentiram cientificamente a possibilidade de um prédio da dimensão e composição do World Trade Center ter-se desmoronado devido ao impacto de um avião, argumentando que houve explosões secundárias nos pisos inferiores. Paul

Craig Roberts, Conselheiro Máximo de Segurança Nacional Americana na administração de Bill Clinton, afirmou: “É estritamente impossível para qualquer edifício, e ainda mais um edifício com colunas de aço e betão, cair tipo panqueca à velocidade de queda livre. Logo, é um facto não controverso que a explicação oficial para o colapso do World Trade Center é falsa.” Van Romero, engenheiro do M.I.T. (Instituto de Tecnologia de Massachussetts), acrescentou na *Confronting The Evidence Conference*, em 2004: “A minha opinião é que depois dos aviões embaterem no WTC, havia engenhos explosivos no seu interior que causaram a derrocada das Torres. As derrocadas foram demasiado metódicas para poderem ser o resultado aleatório da colisão de dois aviões contra as estruturas.” A Comissão de 11 de Setembro alega, contudo, que o intenso incêndio provocado pelo combustível dos aviões derreteu a estrutura de ferro do edifício.

Antes do desabamento observaram-se nuvens de poeira jorrando das janelas, depois de pequenos clarões. John Travis, ex-Inspector Chefe do FBI com 27 anos de serviço, investigador e autor, afirmou em 2003 que esta “é a prova de que houve detonações de explosivos plantados no interior dos edifícios antes dos ataques.” Já o Governo Americano

argumenta que a força do colapso nos andares superiores levantou a pressão do ar nos níveis mais baixos de forma tão dramática que estourou as janelas.

Quanto ao sucedido no Pentágono, as interpretações também são díspares. A Comissão do 11 de Setembro explicou que o Boeing 757 da America Airlines foi desviado e embateu numa das fachadas do edifício. Contudo, como a imagem anexa docu-



Os estragos visíveis no Pentágono não são consistentes com as dimensões de um avião comercial.

menta, o buraco de 5,5 metros de diâmetro visível na fachada do Pentágono não é consistente com o impacto de um Boeing 757, avião com 14 metros de altura e 41 metros de envergadura de asa. Assim, surgiram várias teses de que nenhum avião embateu no Pentágono. Paul Stewart, General Major do Exército Americano no Comando Europeu, foi concludente: “Aqueles danos só poderiam ter sido feitos por um míssil-cruzeiro das próprias forças militares americanas. Por isso não se encontraram vestígios do avião: nem segmentos de asas, nem da carlinga, nenhuma parte significativa

dos motores de tungsténio Rolls Royce, nenhuma roda, assentos, bagagens, etc. Nada.” A Comissão do 11 de Setembro contrapôs, alegando: “O calor intenso do querosene pulverizou todo o avião e os seus destroços.” Ainda segundo a Comissão, o voo desviado efectuou, às 9.38, na Virgínia, uma curva de 330 graus a 530 milhas por hora, descendo 2300 metros em 2 minutos para chocar no Pentágono. Russ Wittenburg, Tenente-coronel e piloto da Força Aérea Americana retirado e director do ASPD (Advanced Space Programs Development) sob os presidentes Gerald Ford e Jimmy Carter, atestou: “Não poderia ter voado à velocidade que dizem sem ter danificado o motor. Ele ter-se-ia destruído no ar.”

A Comissão do 11 de Setembro disse que o Voo 93 se despenhou; Antigos analistas da CIA atestam que foi abatido. A Comissão afirmou que os aviões que embateram no WTC eram comerciais; Fontes da NORAD (Comando de Defesa Aérea Norte-Americana) afirmam que eram militares. A Comissão escreveu que o Edifício 7 do WTC ruiu devido à proximidade com as Torres Gémeas; O Instituto Nacional de Padrões e Tecnologia (NIST) aponta para demolição controlada. As dúvidas estão instaladas um pouco por todo o Mundo.

Sarah O'Neill é editora da Newsweek Internacional e autora do [O Mundo Pós-Americano](#) e [O Futuro da Liberdade: Democracia Liberal](#)

© 2008

Versão D: Posicionamento Neutro e Sem Fontes

Um trabalho interno?

- Novas teorias sobre o 11 de Setembro -

Por **Sarah O'Neill** | NEWSWEEK Magazine
comments@soneill.com

Publicado em 12 de Março de 2008

Presente na revista datada de 12 de Março de 2008

As imagens do ocorrido a 11 de Setembro de 2001 percorreram o Mundo e, desde então, uma série de questões e suspeições têm sido levantadas. O governo dos EUA apresentou, na altura, uma explicação aceite pela generalidade, responsabilizando Osama Bin Laden e a Al-Qaeda pelos actos “terroristas”. Mas, com o passar do tempo, o cepticismo instalou-se e uma cada vez maior fatia da população vem rejeitando esta versão dos factos, acreditando, agora, que tudo foi planeado pelo próprio Governo dos Estados Unidos, com o objectivo de ter um pretexto para começar uma guerra no Médio Oriente e, como consequência, consolidar e estender o poder americano.

Argumentos favoráveis a uma e outra teoria têm medido forças na esfera pública, dividindo as opiniões dos americanos e das pessoas um pouco por todo o Mundo. A tese de que tudo foi um trabalho interno da Administração de George Bush é sustentada pelo que são consideradas “inconsistências” em torno da versão oficial. Vários peritos desmentiram cientificamente a possibilidade de um edifício da dimensão e composição do World Trade Center ter-se desmoronado devido ao impacto de um avião, argumentando que houve explosões secundárias nos pisos inferiores que provocaram as

derrocadas. Analistas na área da engenharia civil consideram quase impossível que um edifício com colunas de aço e betão fosse capaz de cair à velocidade de queda livre, de forma (demasiado) metódica, como resultado aleatório da colisão de um avião com a estrutura. Apontam, assim, para a existência de explosivos no interior do edifício, em pisos inferiores, que uma vez detonados causaram as derrocadas.

A Comissão do 11 de Setembro e outros peritos contrariam, porém, esta tese. Nomes ligados à Segurança Interna dos Estados Unidos afirmam que seria estritamente impossível implementar explosivos no interior das Torres Gémeas, dois dos edifícios mais vigiados do Mundo, passando despercebido simultaneamente a seguranças, trabalhadores, visitantes e câmaras de segurança, sabendo-se que por dia saíam e entravam em média 3 milhões de pessoas no World Trade Center. Além disso, argumentam que se tivesse havido explosões nos andares inferiores, destruindo as estruturas, não teria sido possível a muitos sobreviventes abandonar os edifícios após o impacto dos aviões, muito menos aos bombeiros subir até aos andares de cima para socorrer as pessoas. Vários investigadores afirmam ainda que o intenso incêndio provocado pelo combustível dos aviões derreteu a estrutura de ferro do edifício, o que

explica os desmoronamentos.

As explicações são ainda mais díspares no que diz respeito ao Pentágono. Segundo a versão oficial, o voo 757 da America Airlines foi desviado, fazendo uma brusca mudança da rota antes de chocar com o Pentágono. Contudo, surgiram várias contestações a esta explicação. Pilotos vieram a público afirmar que tal mudan-



┐ Os estragos visíveis no Pentágono não são consistentes com as dimensões de um avião comercial.

ça brusca de direcção é impossível de se realizar em movimento, e consequentemente a alta velocidade, sem provocar danos no motor e a destruição do avião no ar. Os analistas alegam também que o buraco de 5,5 metros de diâmetro visível na fachada do Pentágono não é consistente com o impacto de um Boeing 757, avião com 14 metros de altura e 41 metros de envergadura de asa. Tal evidência, aliada ao facto de não terem sido encontrados destroços significativos do avião - segmentos de asas, carlinga, motores de tungsténio Rolls Royce, rodas, assentos, bagagens, etc. -

desacreditou a ideia de que os estragos do Pentágono foram causados por um avião comercial, surgindo a explicação de que os mesmos foram provocados por um míssil-cruzeiro, da própria força militar americana. O facto de em nenhuma imagem das câmaras de vigilância ser possível observar um avião a colidir com o Pentágono fomenta esta teoria. Contudo, membros do Governo alegam que o calor intenso do querosene pulverizou todo o avião e os seus destroços. Estudiosos lembram os relatos de testemunhas oculares, dando conta da visualização de um avião, e nunca de míssil. Depois, se realmente fosse um míssil a atingir o Pentágono, permanecem as dúvidas sobre o que é feito do Boeing 757 e das suas dezenas de passageiros. Inúmeros analistas não acreditam que os atentados foram planeados pelos EUA, argumentando que uma operação desta dimensão, envolvendo centenas de militares e civis, não poderia ter sido possível sem haver uma fuga de informação ou algum erro de execução. Que fosse perfeito ao ponto de não deixar para trás evidências demasiado fortes.

Sarah O'Neill é editora da Newsweek Internacional e autora do [O Mundo Pós-Americano](#) e [O Futuro da Liberdade: Democracia Liberal](#)

Versão E: Posicionamento Neutro e Fontes Duvidosas

Um trabalho interno?

- Novas teorias sobre o 11 de Setembro -

Por **Sarah O'Neill** | NEWSWEEK Magazine
comments@soneill.com

Publicado em 12 de Março de 2008

Presente na revista datada de 12 de Março de 2008

As imagens do ocorrido a 11 de Setembro de 2001 percorreram o Mundo e, desde então, uma série de questões e suspeições têm sido levantadas. O governo dos EUA apresentou, na altura, uma explicação aceite pela generalidade, responsabilizando Osama Bin Laden e a Al-Qaeda pelos actos “terroristas”. Mas, com o passar do tempo, o cepticismo instalou-se e uma cada vez maior fatia da população vem rejeitando esta versão dos factos, acreditando, agora, que tudo foi planeado pelo próprio Governo dos Estados Unidos, com o objectivo de ter um pretexto para começar uma guerra no Médio Oriente e, como consequência, consolidar e estender o poder americano.

Esta tese é sustentada pelo que são consideradas “inconsistências” em torno da versão oficial. Vários peritos desmentiram cientificamente a possibilidade de um edifício da dimensão e composição do World Trade Center ter-se desmoronado devido ao impacto de um avião, argumentando que houve explosões secundárias nos pisos inferiores. Paul Craig Roberts, ex-assistente do secretário do Tesouro na administração Reagan, afirmou: “Sabemos que é estritamente impossível para qualquer edifício, e ainda mais um edifício com colunas de aço e betão, cair tipo panqueca à velocidade de

queda livre. Logo, é um facto não controverso que a explicação oficial para o colapso do World Trade Center é falsa.” Van Romero, membro do Instituto de Pesquisa de Minas e Tecnologia do Novo México, acrescentou: “Depois dos aviões embaterem no WTC, havia engenhos explosivos no interior do edifício que causaram a derrocada das Torres. As derrocadas foram demasiado metódicas para poderem ser o resultado aleatório da colisão de dois aviões contra as estruturas.” A Comissão de 11 de Setembro alega, contudo, que o intenso incêndio provocado pelo combustível dos aviões “derreteu a estrutura de ferro do edifício”, levando a que os pisos inferiores não aguentassem a pressão exercida e cedessem. Contactado pela Newsweek, Niels Harrit, especialista em segurança em arranha-céus, insurgiu-se contra o que considera serem “teorias desfasadas da realidade”, avançando: “O WTC era um dos edifícios mais vigiados, se não o mais vigiado, do Mundo. Era absolutamente impossível implementar explosivos no seu interior, passando despercebido simultaneamente a seguranças, trabalhadores, visitantes e câmaras de vigilância, quando por dia saíam e entravam dos edifícios em médias 3 milhões de pessoas. Além disso, se tivessem havido explosões nos pisos mais baixos, destruindo as estruturas, muitos sobreviventes não

poderiam ter abandonado os edifícios depois do embate dos aviões, nem os bombeiros poderiam ter subido.”

Quanto ao sucedido no Pentágono, as interpretações também são díspares. Segundo a Comissão, o tal



┐ Os estragos visíveis no Pentágono não são consistentes com as dimensões de um avião comercial.

voo 757 da America Airlines foi desviado efectuou, às 9.38, na Virgínia, uma curva de 330 graus a 530 milhas por hora, descendo 2300 metros em 2 minutos para chocar no Pentágono. Porém, Russ Wittenburg, piloto comercial, atesta: “O Voo 757 não poderia ter voado à velocidade que dizem sem ter danificado o motor. Ele ter-se-ia destruído no ar.” Os analistas alegam ainda que o buraco de 5,5 metros de diâmetro visível na fachada do Pentágono não é consistente com o impacto de um Boing 757, avião com 14 metros de altura e 41 metros de envergadura de asa, desacreditando a ideia de que os estragos foram provocados por um avião. Paul Stewart, ex-militar do Exército do Canadá, foi concludente: “Aqueles danos só poderiam ter sido feitos por um míssil-cruzeiro das próprias forças militares americanas. Por isso não se encontraram

vestígios do avião: nem segmentos de asas, nem da carlinga, nenhuma parte significativa dos motores de tungsténio Rolls Royce, nenhuma roda, assentos, bagagens, etc. Nada. Nem em nenhuma imagem se vê um avião a embater no Pentágono.” A Comissão do 11 de

Setembro contrapôs, alegando que “o calor intenso do querosene pulverizou todo o avião e os seus destroços”, acrescentando que as duas caixas negras foram encontradas. Em declarações ao The Sun, o investigador John Travis desmentiu também a teoria de que foi um míssil que atingiu o

Pentágono, bem como as restantes teses que defendem que os EUA foram os autores dos atentados: “Se o Pentágono foi atingido por um míssil, o que aconteceu ao Voo 757 da America Airlines? Não se pode esconder um avião comercial e muito menos fazer desaparecer as suas dezenas de passageiros. E o que dizer de todas as testemunhas que afirmaram ter visto um avião, e não um míssil? O bom senso obriga-nos a duvidar das chances de uma operação desta dimensão – que certamente envolveu centenas de militares e civis – ter acontecido sem haver uma única fuga de informação e um único erro de execução. Sem deixar para trás evidências suficientemente fortes para abrir um inquérito. As pessoas e os federais não são assim tão perfeitos. Ninguém é.”

Sarah O'Neill é editora da Newsweek Internacional e autora do [O Mundo Pós-Americano](#) e [O Futuro da Liberdade: Democracia Liberal](#)

Versão F: Posicionamento Neutro e Fontes Credíveis

Um trabalho interno?

- Novas teorias sobre o 11 de Setembro -

Por **Sarah O'Neill** | NEWSWEEK Magazine
comments@soneill.com

Publicado em 12 de Março de 2008

Presente na revista datada de 12 de Março de 2008

As imagens do ocorrido a 11 de Setembro de 2001 percorreram o Mundo e, desde então, uma série de questões e suspeições têm sido levantadas. O governo dos EUA apresentou, na altura, uma explicação aceite pela generalidade, responsabilizando Osama Bin Laden e a Al-Qaeda pelos actos “terroristas”. Mas, com o passar do tempo, o cepticismo instalou-se e uma cada vez maior fatia da população acredita, agora, que tudo foi planeado pelo próprio Governo dos EUA, com o objectivo de ter um pretexto para começar uma guerra no Médio Oriente e, assim, estender o poder americano. Esta tese é sustentada pelo que são consideradas “inconsistências” em torno da versão oficial. Vários peritos de créditos reconhecidos desmentiram cientificamente a possibilidade de um edifício da dimensão e composição do World Trade Center ter-se desmoronado devido ao impacto de um avião, argumentando que houve explosões nos pisos inferiores. Paul Craig Roberts, Conselheiro Máximo de Segurança Nacional Americana na administração de Bill Clinton, afirmou: “Sabemos que é estritamente impossível para qualquer edifício, e ainda mais um com colunas de aço e betão, cair tipo panqueca à velocidade de queda livre. Logo, é um facto não controverso que a explicação

oficial para o colapso do World Trade Center é falsa.” Van Romero, engenheiro do M.I.T. (Instituto de Tecnologia de Massachussetts), acrescentou na *Confronting The Evidence Conference*, em 2004: “Havia engenhos explosivos no interior do edifício que causaram a derrocada das Torres. As derrocadas foram demasiado metódicas para poderem ser o resultado aleatório da colisão de dois aviões contra as estruturas.” A Comissão de 11 de Setembro alega, contudo, que o intenso incêndio provocado pelo combustível dos aviões “derreteu a estrutura de ferro do edifício”, levando a que os pisos inferiores não aguentassem a pressão exercida e cedessem. Contactado pela Newsweek, Niels Harrit, Chefe do Departamento de Defesa e Segurança norte-americano, insurgiu-se contra o que considera serem “teorias desfasadas da realidade”, avançando: “O WTC era um dos edifícios mais vigiados, se não o mais vigiado, do Mundo. Era absolutamente impossível implementar explosivos no seu interior, passando despercebido simultaneamente a seguranças, trabalhadores, visitantes e câmaras de vigilância, quando por dia saíam e entravam dos edifícios em médias 3 milhões de pessoas. Além disso, se tivessem havido explosões nos pisos mais baixos, destruindo as estruturas, muitos sobreviventes não poderiam ter

abandonado os edifícios depois do embate dos aviões, nem os bombeiros poderiam ter subido.”

Quanto ao sucedido no Pentágono, as interpretações também são díspares. Segundo a Comissão, o voo 757 da America Airlines foi desviado efectuou, às 9.38, na Virgínia,



┐ Os estragos visíveis no Pentágono não são consistentes com as dimensões de um avião comercial.

uma curva de 330 graus a 530 milhas por hora, descendo 2300 metros em 2 minutos para chocar no Pentágono. Porém, Russ Wittenburg, Tenente-coronel e piloto da Força Aérea Americana retirado e director do ASPD (Advanced Space Programs Development) sob os presidentes Gerald Ford e Jimmy Carter, atesta: “O Voo 757 não poderia ter voado à velocidade que dizem sem ter danificado o motor. Ele ter-se-ia destruído no ar.” Os analistas alegam ainda que o buraco de 5,5 metros de diâmetro visível não é consistente com o impacto de um avião com 14 metros de altura e 41 metros de envergadura de asa, desacreditando a ideia de que os estragos foram provocados por um avião. Paul Stewart, General Major do Exército Americano

no Comando Europeu, foi concludente: “Aqueles danos só poderiam ter sido feitos por um míssil-cruzeiro das próprias forças militares americanas. Por isso não se encontraram vestígios do avião: nem segmentos de asas, nem dos motores de tungsténio Rolls Royce, nenhuma roda, assentos, bagagens, etc. Nada. Nem em nenhuma imagem se vê um avião a embater no Pentágono.” A Comissão do 11 de Setembro contrapôs, alegando que “o calor intenso do querosene pulverizou todo o avião e os seus destroços”, John Travis, ex-Inspector Chefe do FBI com 27 anos de serviço, desmente também a teoria de que foi um míssil que atingiu o

Pentágono, bem como as restantes teses de que os EUA foram os autores dos atentados: “Se o Pentágono foi atingido por um míssil, o que aconteceu ao Voo 757 da America Airlines? Não se pode esconder um avião comercial e muito menos fazer desaparecer as suas dezenas de passageiros. E o que dizer de todas as testemunhas que afirmaram ter visto um avião, e não um míssil? O bom senso obriga-nos a duvidar das chances de uma operação desta dimensão – que certamente envolveu centenas de militares e civis – ter acontecido sem haver uma única fuga de informação e um único erro de execução. Sem deixar para trás evidências fortes para abrir um inquérito. As pessoas e os federais não são assim tão perfeitos. Ninguém é.”

Sarah O'Neill é editora da Newsweek Internacional e autora do [O Mundo Pós-Americano](#) e [O Futuro da Liberdade: Democracia Liberal](#)

© 2008

Questionário 2

Assinale com um “X”.

- Após a leitura deste texto a sua percepção sobre o 11 de Setembro mudou?

Nada ☐ Pouco ☐ Razoavelmente ☐ Muito ☐ Completamente ☐

- A informação presente no artigo apresentado oferece-lhe credibilidade?

Nenhuma ☐ Pouca ☐ Alguma ☐ Muita ☐ Toda ☐

- Dos seguintes elementos, assinale aqueles que considera serem mais credíveis:

Imagem ☐

Factos científicos apresentados ☐

Fontes de informação referidas ☐

Prestígio da publicação que assinou o artigo ☐

Argumentos explanados pela jornalista ☐

- Pretende confirmar posteriormente algum dos factos que lhe foram apresentados?

Sim ☐ Não ☐ Talvez ☐

- Recomendaria este artigo a alguém?

☐ Sim, porque a informação é consistente e pouco difundida

☐ Sim, pois as pessoas devem reunir o máximo de informação possível sobre um acontecimento controverso como este, analisando-o de vários ângulos

☐ Não, pois é propaganda anti-americana

☐ Não, pois a informação é duvidosa e só aumenta a paranóia

Obrigada